

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

LEANDRO CHAGAS BARBOSA

**MÍDIA E DISCURSIVIDADE
DILMA, LULA, RADICAIS DO PT E CORRUPÇÃO**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2014

LEANDRO CHAGAS BARBOSA

MÍDIA E DISCURSIVIDADE
DILMA, LULA, RADICAIS DO PT E CORRUPÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Linguística como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Texto, Significado e Discurso

Orientador: Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva

Coorientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição
Fonseca-Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2014

B199m	<p>Barbosa, Leandro Chagas. Mídia e discursividade; Dilma, Lula, radicais do PT e corrupção / Leandro Chagas Barbosa. orientador: Adilson Ventura da Silva; coorientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. – Vitória da Conquista, 2014. 83f.: il. ; algumas col.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2014. Referências: f. 80-83.</p> <p>1. Análise de discurso. 2. Discursividade – Partido dos Trabalhadores (Dilma Rousseff). I. Silva, Adilson Ventura da. II. Fonseca-Silva, Maria da Conceição. III. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 410</p>
-------	--

Catalogação na fonte: Elinei Carvalho Santana - CRB 5/1026
UESB – Campus Vitória da Conquista-BA

Título em inglês: Media and discourse: Dilma, Lula, radicalism in PT and corruption.

Palavras-chave em inglês: Discourse Analysis. Dilma Rousseff. Radical Group of PT. Political Corruption. Effects of meaning.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca Examinadora: Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva (Presidente-Orientador); Profª. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (Coorientadora-UESB), Profª. Dra. Edvania Gomes da Silva (UESB), Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini (UNICAMP)

Data da Defesa: 19 de agosto de 2014

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística

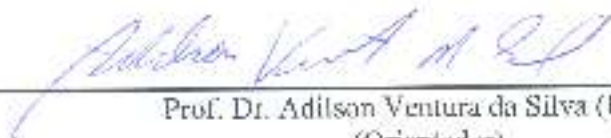
LEANDRO CHAGAS BARBOSA

MÍDIA E DISCURSIVIDADE
DILMA, LULA, RADICAIS DO PT E CORRUPÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Linguística como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 19 de agosto de 2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva (UESB)
(Orientador)



Profª. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB)



Profª. Dra. Edvânia Gomes da Silva (UESB)



Prof. Dr. Mauro José Siqueira Baldini (UNICAMP)

“Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”

[...] Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”

(Michel Foucault – *A ordem do discurso*)

Aos meus pais, Ires e Etevaldo.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, por ter oferecido a oportunidade de realizar minha formação em nível de mestrado.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa, que me permitiu dedicar exclusivamente à pesquisa e à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pela oportunidade e pelo espaço para a realização da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva, pela orientação, pelo comprometimento, pelas correções, pelas contribuições e pelo apoio. Agradeço-lhe, sobretudo, pela amizade.

À Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva, pela coorientação, pelos ensinamentos, pela confiança depositada em mim e no meu trabalho durante o mestrado e por toda a contribuição com sua experiência para o meu crescimento como pessoa e como profissional e pesquisador desde a iniciação científica.

À Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva, pelas sugestões precisas, pelas críticas construtivas, pela oportunidade de realizar o tirocínio docente sob sua orientação e, principalmente, pela amizade.

Ao Prof. Dr. Jorge Viana Santos e à Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva pela contribuição na banca de qualificação.

Aos professores titulares da banca de defesa, Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva e Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini, pelas contribuições a este trabalho.

À coordenadora do PPGLin, Profa. Dra. Nirvana Ferraz Santos Sampaio, pela presteza e pelo apoio.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística, pelo conhecimento compartilhado.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade, pela atenção e pela presteza com que sempre me ajudaram. Agradeço-lhes também pela grande amizade.

Aos colegas e amigos do mestrado, pelos diversos momentos compartilhados. Em especial a Saulo, à Luzimare, à Liliana e à Mayara;

Aos colegas e amigos do Grupo de Pesquisa em Análise de discurso (GPADis) e do Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso (LAPADis), pelo conhecimento compartilhado e pelas discussões enriquecedoras;

À minha família, pelo carinho e pelo amor incondicional; a meu pai e à minha mãe, por tudo que representam em minha vida; à minha irmã, pelo incentivo; a Juliane, pelo apoio e por fornecer sua coleção de revistas.

À Jaqueline, pelo companheirismo, pela paciência, por compartilhar comigo os momentos de alegria, de sonhos, de vitórias e, sobretudo, os momentos em que precisei de forças, de carinho e de alguém sempre perto.

Aos meus amigos, que, de uma maneira ou de outra, estavam torcendo por mim nessa caminhada.

A Deus.

RESUMO

Neste trabalho, analisamos o modo como foi discursivizada, no periódico *Veja*, a relação discursiva entre o sujeito político Dilma Rousseff e o sujeito político Lula, assim como a relação discursiva entre o sujeito político Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores, a partir de temas que envolvem radicalismo no PT e corrupção ligada ao Governo PT. O recorte feito diz respeito ao modo como estas relações têm funcionado a partir das discursivizações sobre Dilma enquanto pré-candidata/candidata às eleições presidenciais de 2010 e enquanto presidente da República até o momento em que concluímos a pesquisa. Defendemos a hipótese de que o discurso sobre Dilma Rousseff está sustentado por efeitos-sentido que criam tensões entre Dilma e “radicais do PT”, entre Dilma e o PT e entre Dilma e corrupção envolvendo o Governo PT. Vinculado a esse discurso, verificamos também um discurso sustentado por posições de sujeito nas quais encontramos um jogo de proximidade e distanciamento entre o sujeito político Dilma e o sujeito político Lula. Para responder as questões e comprovar a hipótese levantada, foram mobilizados conceitos do quadro teórico da Escola Francesa de Análise de Discurso (AD).

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Discurso. Dilma Rousseff. Radicais do PT. Corrupção Política. Efeitos-sentido

ABSTRACT

In this research we analyze how was discursived, in *Veja* Magazine, the discursive relation between the political subject Dilma Rousseff and the political subject Lula, as well as the discursive relation between the political subject Dilma Rousseff and the Workers' Party – PT, from themes involving radicalism in PT and corruption linked to PT Government. The delimitation has to do with the way these relations have worked from discourses about Dilma as pre-candidate/candidate to presidential elections of 2010, and as President of the Republic until the moment we have conclude this survey. We defend the hypothesis that the discourse about Dilma Rousseff is sustained by effects of meaning that create tensions between Dilma and the "radical group of PT Party", between Dilma and the PT and between Dilma and corruption involving PT Government. Linked to this discourse, we also observed a discourse sustained by subject positions in which we find a set of proximity and distance between the political subject Dilma and the political subject Lula. To answer these questions and to prove the presented hypothesis, we adopt the theoretical framework of the Discourse Analysis (DA).

KEYWORDS

Discourse Analysis. Dilma Rousseff. Radical Group of PT. Political Corruption. Effects of meaning

FIGURAS

Figura 1. Edição n. 2153, 24 de fevereiro de 2010.....	27
Figura 2. Veja, Edição n. 2173, 14 de julho de 2010.....	44
Figura 3. <i>Veja</i>, Edição especial de novembro de 2010.....	51
Figura 4. <i>Veja</i>, Edição n. 2198, 05 de janeiro de 2011.	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Considerações gerais.....	12
1.2 Referencial teórico-metodológico	15
1.3 Constituição do <i>Corpus</i>.....	22
1.4 Organização da dissertação	24
2 DILMA: LULA E RADICAIS DO PT.....	25
2.1 Considerações iniciais.....	25
2.2 Dilma Pré-Candidata/Candidata.....	26
2.3 Dilma presidente da República.....	50
2.4 Considerações finais.....	62
3.1 Considerações iniciais.....	64
3.2 Discursividade em torno da relação entre a presidente Dilma Rousseff e a corrupção envolvendo o PT	65
3.3 Considerações finais.....	77
4 CONCLUSÕES	78
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações gerais

Atualmente, há uma multiplicidade de perspectivas e de possibilidades de pesquisas relacionadas ao estudo da relação entre *mídia* e política. Dentre elas, destaca-se o estudo da espetacularização midiática da política, que busca compreender os processos midiáticos de fabricação do espetáculo e da espetacularização dos políticos, dos partidos, dos candidatos, dos mandatos, da corrupção política, dentre outros.

Considerando, pois, esta perspectiva, Fonseca-Silva (2009, p. 193), tomando como base os estudos de Debord (1967), afirma que a *mídia* se tornou o lugar primordial de fabricação do espetáculo na sociedade contemporânea e, como consequência disso, a relação entre *mídia* e espetáculo recobre, como programação, dentre outras coisas, a fabricação e a veiculação de espetáculos políticos. Ainda segundo a autora, uma parte significativa das atividades políticas nos dias de hoje se realizam na dimensão pública instituída pela rede de *mídias*, seja na televisão, seja no rádio, seja na internet, sejam as revistas de informação, dentre outras tantas, etc. E uma explicação possível para esse fenômeno pode estar no fato de que a política desenrola-se tendo como pano de fundo sociedades espetacularizadas ou mesmo estados espetacularizados¹ (cf. FONSECA-SILVA, 2009, p 193-194).

No Brasil, pesquisas mostram que os estudos sobre *mídia* e política já acumulam uma pequena tradição iniciada nos anos 1980 e fortemente impulsionada com os processos de abertura política e da chamada nova democracia brasileira, principalmente com a experiência das eleições presidenciais diretas de 1989. A esse respeito, concordamos com Fonseca-Silva (2009) quando afirma que:

Foi a partir do fenômeno Collor que acadêmicos de diversos campos de conhecimento passaram a reconhecer a importância da comunicação de massa no processo político brasileiro. Estudar a relação entre a Comunicação e a Política hoje no Brasil é estudar a *mídia* e suas influências, a comunicação mediatizada ou a cultura midiática. E, para além do poder simbólico, é estudar o poder político e econômico que a *mídia* incorporou ao tornar-se elemento fundamental da engrenagem da globalização econômica e cultural (FONSECA-SILVA, 2009, p. 194).

¹ Ainda sobre esse fenômeno, conferir também **A Sociedade do Espetáculo**, de Debord (1967), **A sociedade do espetáculo** – Comentários sobre a sociedade do espetáculo, de Debord (1987) e **O estado espetáculo**, de Schwartzberg (1978).

Levando em consideração que boa parte da percepção que a população tem sobre a política no país se dá por meio da *mídia*, entendemos que esta é uma das muitas razões pelas quais analisar a *mídia* é hoje, portanto, objeto que desperta grande atenção de pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas.

Como afirma Possenti (2007), “certamente, não se compreende mais nossa sociedade se sua análise não considerar revistas, jornais, sites, blogs” (POSSENTI, 2007, p. 12), ou seja, lugares onde se dá a legitimação de discursos. Pensando nessa perspectiva, temos que, de um modo geral, “[...] *mídia* é certamente a palavra que melhor designa a multiplicidade das formas de circulação de discursos” (POSSENTI, 2007, p. 12) e, nesse sentido, como defende Fonseca-Silva (2001, 2007a, 2007b; 2007c; 2007d), podemos afirmar que a *mídia* funciona como um lugar de memória discursiva e como lugar em que se dá a fabricação e veiculação de espetáculos políticos, entre outros. E, quanto a isso, essa autora salienta ainda que:

Se quisermos analisar de que forma as mídias funcionam como lugares de construção de memórias na sociedade contemporânea, temos que pensar como se dá a apropriação de um real fragmentado e disperso e a construção de um imaginário que se confunde com o próprio real nas materialidades simbólicas de significação que envolvem o verbal e o não verbal (FONSECA-SILVA, 2007b, p. 25).

Destacamos também, neste trabalho, que, em princípio, os posicionamentos políticos dos partidos políticos podem parecer previamente definidos, como, por exemplo, se pensarmos o que é definido como práticas classificadas como sendo de esquerda, de centro-esquerda, de centro, de centro-direita ou de direita. No entanto, estas delimitações nem sempre são, do ponto de vista discursivo, “obviamente” bem definidas, e “logo vê que não se pode querer que haja estrita correspondência com esses mesmos grupos como definidos [por exemplo] pela sociologia” (POSSENTI, 2007, p. 15 – grifo nosso), pois, apesar de parecer que cada lugar desses seja concebido de modo transparente, óbvio e, portanto, bem definido – ou, como diria Pêcheux (1983a), “logicamente estabilizado” – na verdade eles se encontram na opacidade dos acontecimentos, que podem estar materializados na linguagem, nas práticas políticas etc., na medida em que são colocados

neste espaço de necessidade equívoca, misturando coisas e pessoas, processos técnicos e decisões morais, modo de emprego e escolhas políticas, toda conversa (desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das

proposições enunciáveis – com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente moral, para si-mesmo e/ou para os outros (PÊCHEUX, 1983a, p. 33).

É nessa perspectiva que se insere o presente trabalho, cuja proposta é discutir o modo como um **acontecimento discursivo**, como definido por Pêcheux (1983a), é veiculado e discursivizado na *mídia*, tomando mais especificamente a revista *Veja*², por se tratar de uma revista impressa, que possui um grande destaque dentre os meios de comunicação na imprensa brasileira e, ainda, por ser o semanário de maior circulação no Brasil³. Assim, buscamos observar como se estabelece a relação discursiva entre o sujeito político Dilma Rousseff e o sujeito político Lula; e entre o sujeito político Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores, a partir de temas que envolvem os chamados “radicais⁴” do PT e corrupção ligada ao governo PT. O recorte feito diz respeito ao modo como estas relações têm funcionado nas discursivizações sobre Dilma enquanto pré-candidata/candidata às eleições presidenciais de 2010 e enquanto presidente da República até o momento em que concluímos a coleta de dados deste trabalho, em dezembro de 2013.

Tendo em vista que, como salienta Fonseca-Silva (2007a), as revistas brasileiras acompanham nossa história há quase duzentos anos e acreditando que a análise de revistas ajuda a compreender um determinado funcionamento político, ou seja, compreender como é construído discursivamente o sujeito político em nossa sociedade, o conjunto de formulações que serviu de *corpus*⁵ para as análises foi delimitado visando mostrar os espaços discursivos nos quais se encontram tais formulações, ou seja, capas, editoriais e reportagens veiculadas na revista *Veja* sobre o tema proposto, salientando que foram averiguadas todas as edições do semanário no período entre fevereiro de 2010 e novembro de 2013, das quais extraímos excertos que apresentam uma materialidade significativa para nossas análises. A escolha deste periódico deveu-se, como já nos referimos acima, ao fato de *Veja* ser a revista de maior circulação nacional e de, juntamente com outras revistas – ou mesmo com diversas outras *mídias* – veiculadas no Brasil, constituir um lugar de discursividade que funciona como um suporte no

² A explicação sobre a escolha do semanário *Veja*, é retomada no tópico “Referencial teórico-metodológico” deste mesmo capítulo.

³ A tiragem semanal da revista *Veja* chega a ser maior do que 1.100.000 exemplares.

⁴ O termo *radical* aqui é pensado do modo como foi mobilizado pela/na revista *Veja*. Trataremos melhor sobre este e outros sentidos que envolvem o termo radical no capítulo 2.

⁵ Como veremos mais detalhadamente também no tópico “Referencial teórico-metodológico”.

qual vários discursos são materializados, dentre eles, aqueles que legitimam o poder político no país⁶.

Considerando, pois, estas questões, a pesquisa tem como **objetivo geral** responder como é constituída a imagem de Dilma Rousseff, enquanto sujeito político, em sua relação com o Partido dos Trabalhadores e em sua relação com o ex-presidente Lula na discursividade em torno dos temas “radicais” do PT e corrupção no Governo PT.

Objetivando responder tal questão, trabalhamos com a hipótese de que: O discurso sobre Dilma Rousseff está sustentado por posições de sujeito que criam tensões entre a candidata Dilma e a chamada “ala radical do PT”; entre a presidente Dilma e o PT; e entre a presidente Dilma e os casos de escândalo de corrupção envolvendo o PT. Vinculado a esse discurso, temos um discurso sustentado por posições de sujeito nas quais se dá um jogo de proximidade e distanciamento entre o sujeito político Dilma e o sujeito político Lula. E, neste sentido, estes discursos são efeitos da relação entre memória e acontecimento que participa de um entrecruzamento de discursos que podem ser retomados, modificados e atualizados, formando assim uma memória discursiva em torno da imagem de Dilma Rousseff.

Para comprovar a hipótese levantada, foram mobilizados conceitos do quadro teórico da Escola Francesa de Análise de Discurso (AD), tendo como fio condutor os postulados teóricos de Michel Pêcheux.

1.2 Referencial teórico-metodológico

Conforme já nos referimos acima, este trabalho se inscreve no quadro epistemológico da Escola Francesa de Análise de Discurso (AD), que tem como principal formulador e articulador Michel Pêcheux. Essa disciplina, como podemos observar em Orlandi (2001) e Fonseca-Silva (2007a), se instituiu na França, no final da década de 60 do século XX, em meio a um contexto de ruptura com uma conjuntura política e epistemológica, articulando, em seu primeiro momento, a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, o que instaura uma concepção particular de discurso como objeto de investigação e de análise.

⁶ Salientamos que, na perspectiva da Análise de Discurso (AD), não nos interessa como se realiza uma possível intervenção da *mídia* no comportamento das pessoas.

Neste contexto epistemológico, que ocorre principalmente na França da década de 1960, Pêcheux (1969), como mostra Fonseca-Silva (2005; 2007a), faz uma releitura de Saussure⁷ e aponta duas exclusões teóricas da ciência Linguística: a fala e as instituições “não-semiológicas”. Ainda conforme a autora, “Pêcheux (1969) não discorda do fato de que a língua tenha uma ordem própria, mas defende que a separação língua/fala autoriza a reaparição do conceito filosófico de sujeito livre, como causa e origem de si” (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 85). Em contrapartida a essa concepção de sujeito como indivíduo livre (PÊCHEUX, 1969), e como salienta Fonseca-Silva (2007a), Pêcheux propõe um **nível intermediário** entre a língua e a fala, entre o “*universal* e o *extraindividual* [...] o nível da particularidade que define ‘contratos’ linguísticos específicos de tal ou tal região do sistema [...] feixes e normas mais ou menos localmente definidos, e desigualmente aptos a disseminar-se uns sobre os outros” (PÊCHEUX, 1969, p. 72). Nesse sentido, Pêcheux (1969) afirma que, na língua, há uma exterioridade que não está fora, mas que está dentro da própria língua. E esta exterioridade – que está dentro – é o que o autor denomina de **discurso**, “definido não como objeto empírico, mas como efeito-sentido produzido entre os interlocutores, entendidos como lugares sociais, lugares na estrutura, e não como indivíduos” (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 85).

De acordo com Orlandi (2005), Pêcheux define o discurso como sendo efeito-sentidos entre locutores, sendo, assim, um objeto sócio-histórico em que o linguístico está pressuposto. Segundo a autora, Pêcheux faz uma crítica à evidência do sentido e o sujeito intencional que estaria na origem do sentido, ou seja, para Pêcheux, na língua o sentido não é evidente, não é transparente. E, desta forma,

Pêcheux considera a linguagem como um sistema capaz de ambiguidade e define a discursividade como a inserção dos efeitos materiais da língua na história, incluindo a análise do imaginário na relação dos sujeitos com a linguagem (ORLANDI, 2005, p. 11).

Ainda nesse sentido, defendemos também que a língua, do modo como é tratada, na teoria e nas análises da AD, é tomada como lugar de funcionamento de sentidos, como objeto opaco e, portanto, não transparente, levando em consideração a prática da linguagem atravessada pelo discurso. Assim, Orlandi (2001) argumenta que:

⁷ Cf. **Curso de Linguística Geral (1916)**, publicação póstuma organizada por Charles Bally e Albert Séchehaye a partir de anotações das conferências dos três cursos ministrados por Ferdinand de Saussure entre os anos 1907 e 1911.

Na Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2001, p. 15).

e, mais a frente, a autora completa que:

A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana [...] A Análise de discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos (ORLANDI, 2001, p 15-16).

É nesta perspectiva que se compreende que o indivíduo só se constitui como sujeito na linguagem.

Além destas questões apresentadas acima sobre a noção de língua e de discurso, tal qual são concebidos na AD, também consideramos que o gesto interpretativo no presente trabalho está de acordo com a proposta do dispositivo de interpretação fundamentado na concepção do discurso em sua relação de estrutura e acontecimento, também proposta por Pêcheux (1983a), e, como esta concepção é tomada como o fio condutor que norteia este trabalho, trazemos uma explanação mais detalhada sobre o tema neste tópico.

Considerando o que afirma Michel Pêcheux (1983a), o discurso como estrutura e como acontecimento pode ser pensado no entrecruzamento de três caminhos: a) o do *acontecimento*, “no ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória”; b) o da *estrutura*; e c) o da tensão entre *descrição e interpretação* no interior da Análise de Discurso. Para o autor, a questão teórica posta, nesse sentido, refere-se ao

estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas (PÊCHEUX, 1983a, p. 28).

Nesse sentido, objetos discursivos independentes e estáveis trocam seus trajetos com outros tipos de objetos, cujo modo de existência parece regido pela maneira com que se falam deles.

Conforme defende Pêcheux, há em nossa sociedade determinados tipos de espaços discursivos nos quais “repousam, em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas (verdadeiro ou falso) com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” é A ou não-A?)” (PÊCHEUX, 1983a, p. 31). Esses espaços discursivos são chamados por Pêcheux de “**logicamente estabilizados**”, neles:

supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que esse universo é tomado discursivamente nesses espaços) (PÊCHEUX, 1983a, p. 31).

e são aparentemente unificados por “evidências lógico-práticas”. No entanto, o autor aponta que esta suposta homogeneidade lógica,

que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é atravessado por uma série de equívocos, em particular termos como lei, rigor, ordem, princípio, etc que “cobrem” ao mesmo tempo, como um patchwork heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e o das administrações (PÊCHEUX, 1983a, p. 32).

E, nesse sentido, o autor completa:

Interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não-logicamente-estável não seja considerado a priori como um defeito, um simples furo no real.
É supor que – entendendo-se o “real” em vários sentidos – possa existir um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das “coisas-a-saber” ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos (PÊCHEUX, 1983a, p. 43).

Pêcheux afirma que o movimento estruturalista pode ser considerado, dessa forma, uma tentativa anti-positivista que busca levar em conta este tipo de real que é constituído no cruzamento da linguagem e da história. Segundo o autor, em nome de Marx, de Freud, e de Saussure, se formou uma base teórica nova e politicamente muito heterogênea, na segunda metade do século XX, que “desembocava em uma construção crítica que abalava as evidências

literárias da autenticidade do ‘vivido’, assim como em certezas ‘científicas’ do funcionalismo positivista” (PÊCHEUX, 1983a, p. 45). E, ainda segundo esse mesmo autor, o efeito provocador da trilogia destes autores acima citados “foi um desafio intelectual engajado a promessa de uma revolução cultural, que coloca em causa as evidências da ordem humana como estritamente biossocial” (PÊCHEUX, 1983a, p. 45).

Contudo, ainda segundo Pêcheux, apesar dos avanços do estruturalismo como movimento anti-narcísico, objetivando levar em conta o real, ao mesmo tempo este movimento caía em uma nova forma de narcisismo teórico – “um narcisismo da estrutura” (PÊCHEUX, 1983a, p. 46) – marcado na “inclinação estruturalista pela reinscrição de suas ‘leituras’ no espaço unificado de uma lógica conceptual” (PÊCHEUX, 1983a, p. 46). E esse funcionamento das análises estruturais permanece assim secretamente regido pelo modelo geral da equivalência interpretativa, dando, assim, aparência de “ciência régia”, negando sua própria posição de interpretação.

Acontece, porém, que, como assinala Pêcheux, a partir do início dos anos 80 do século XX, na França, se vê o declínio do estruturalismo enquanto “ciência régia” (que, por outro lado, começa nesse momento a ser descoberto na América Latina), pois passa a conviver paralelamente com o crescimento da recepção das ideias advindas dos trabalhos de Lacan, Barthes, Derrida e Foucault. Nesse momento, vários intelectuais franceses se afastam do narcisismo teórico, dando início a uma espécie de “revisão crítica” do estruturalismo. Tal revisão consistia em reestruturar as “alturas teóricas” do estruturalismo, “obrigando os olhares a se voltarem para o que se passa realmente “em baixo”, nos espaços infra estatais que constituem o ordinário das massas, especialmente em período de crise” (PÊCHEUX, 1983a, p. 48). Assim, Pêcheux entende que

Encarada seriamente (isto é, de outro modo que apenas uma simples “troca cultural”) essa aproximação engaja concretamente maneiras de trabalhar sobre as materialidades discursivas, implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos, nas formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido. Esse projeto só pode tomar consistência se ele permanecer prudentemente distanciado de qualquer ciência régia presente ou futura (que se trate de positivismos ou de ontologias marxistas) (PÊCHEUX, 1983a, p. 49).

Para que isso funcione, de acordo ainda com este autor, este novo modo de trabalhar impõe algumas exigências em seu método que precisam ser observadas. A primeira exigência

consiste em “dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas” (PÊCHEUX, 1983a, p. 50). Quanto a isso, Fonseca-Silva (2007a) salienta que essa exigência

diz respeito ao primado dos gestos de descrição das materialidades discursivas, no qual descrever supõe o reconhecimento de um *real específico* sobre o qual a descrição se instala: *o real da língua*, ou seja, a descrição das materialidades discursivas deve se instalar somente no real da língua, que é equívoca, sujeita a falha, à falta, possibilitando o movimento no qual é marcada a insistência do outro como lei do espaço e de memória histórica, como o próprio princípio do *real sócio histórico* (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 111).

Ainda em relação a esse real da língua, podemos ver que há uma discussão levantada a princípio em Milner (1978) e que depois é retomada por François Gadet e Pêcheux (1981). Conforme observamos em Silva (2012), Milner postula, com base no conceito de “alingua” (*lalangue*) elaborado por Lacan, que a língua suporta o real da alíngua. Esse real

É que tudo não se diz, isto é, há um impossível próprio da língua em se dizer tudo, criando assim o ponto de cessação. Esse ponto de cessação é ignorado por completo pela gramática e pela linguística e, ao mesmo tempo, é essa ignorância o que estrutura estas duas ciências, já que, através dessas ciências, deixa-se a língua dentro de um calculável, o que, por sua vez, faz com que a língua seja domesticada pelo ser falante (SILVA, 2012, p. 96).

Gadet e Pêcheux (1981), para poderem pensar o real da língua, levam em consideração também o real da história, que, conforme esses autores, é percebido como contradição. Com isso, contestam a ideia de que a língua possui margens definidas, no sentido que:

O real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do Witz e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo. O não-idêntico que aí se manifesta pressupõe a *alíngua*, enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas; a repetição do significante na *alíngua* não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos. (GADET e PÊCHEUX, 1981, pág. 55).

A segunda exigência é que, conseqüentemente, “toda descrição [...] está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua” (PÊCHEUX, 1983a, p. 53). E é nesse sentido que

todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (PÊCHEUX, 1983a, p. 53).

E, por fim, a terceira exigência – que recai sobre a questão final da discursividade como estrutura ou como acontecimento – tem como base reconhecer que “só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação” (PÊCHEUX, 1983a, p. 56) das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe.

Considerando, pois, estas definições, Orlandi (2001) afirma que pensar o discurso na relação entre estrutura e acontecimento nos remete ligeiramente à concepção da precedência do interdiscurso sobre o discurso.

O **interdiscurso**, como descreve Orlandi (2001), a partir dos postulados de M. Pêcheux, é entendido como uma memória específica – memória discursiva – pensada em relação ao discurso, aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Esta memória discursiva é o “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2001, p. 31). Ainda conforme a autora, o interdiscurso é o que “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2001, p. 31). Nesse caso:

[...] o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. [...] O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia (ORLANDI, 2001, p. 32).

Ainda em relação ao interdiscurso, Orlandi (2001) aponta que, de modo paralelo, é também este (o interdiscurso) e a historicidade que vão determinar “aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade” (ORLANDI, 2001, p. 33). Como bem afirma a autora,

Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade. Isso faz

com que, pensando-se a relação da historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica, como diz M. Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória (ORLANDI, 2001, p. 33).

Nessa concepção, o interdiscurso é, pois, “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido” (ORLANDI, 2001, p. 33). E, com essa afirmativa, a autora completa que, para que haja o efeito do interdiscurso: “é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras” (ORLANDI, 2001, p. 34). E, desta forma, possa funcionar uma voz sem nome.

Após esta breve explicação acerca de alguns postulados e conceitos operacionais da AD que norteiam este trabalho, acentuamos que estes foram apresentados já nesta parte da dissertação por se tratar de conceitos mais gerais e que abrangem, em certa medida, todo o trabalho. Contudo, salientamos que, no decorrer das investigações e análises feitas nos capítulos 2 e 3, outros conceitos serão mobilizados à medida em que forem surgindo tais necessidades e quando forem pertinentes no processo analítico. Além disso, ao serem mobilizados, especificaremos cada um desses conceitos.

1.3 Constituição do *Corpus*

Para a constituição do *corpus*, fizemos inicialmente um trajeto de leitura no qual selecionamos e catalogamos as edições da revista *Veja* veiculadas entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013 – tendo em vista que em fevereiro de 2010 se deu o anúncio da pré-candidatura de Dilma Rousseff para as eleições presidenciais durante o Congresso Anual do PT.

Esclarecemos que o *corpus* selecionado para esta pesquisa, ou seja, o semanário *Veja*, foi delimitado a partir dos seguintes pressupostos: A) “qualquer tipo de conjunto de enunciados pode servir de *corpus* para a AD” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 70), tendo como pressuposto que não é a mídia – ou mais especificamente a revista *Veja* – que cria discursos, mas ela funciona como espaço em que discursos são materializados e são postos em circulação. B) como já ressaltamos anteriormente, a revista *Veja*, como também aponta Fonseca-Silva (2009, p. 194),

como prática discursiva institucional, funciona como *locus* de realização política e do fazer práticas sociais e discursivas do cotidiano do século XX e início do século XXI. [...] lançada em 1968 pela Editora Abril e considerada um dos meios de comunicação que mais se destaca na imprensa brasileira, a mais comprada, a maior em assinaturas e em tiragem de exemplares (nacionalmente) [chegando a ultrapassar 1.100.000 (um milhão e cem mil) exemplares] e a quinta revista de informação de maior circulação no mundo.

Em seguida, foi feita a leitura e uma primeira análise das edições levando em consideração toda e qualquer materialidade referente ao tema proposto – com exceção de propagandas e anúncios publicitários – para, a partir daí, extrair excertos das materialidades significantes que serviram de base para responder as questões propostas neste trabalho, sempre levando em consideração que, na Análise de Discurso, as análises e o *corpus* são interligados.

A composição do arquivo específico que constitui este trabalho seguiu os seguintes passos:

- a) Foram investigadas 207 edições semanais e 5 edições especiais, entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013, somando um total de 212 edições;
- b) Das 212 edições, selecionamos, inicialmente, 22 edições semanais e 1 (uma) edição especial, tendo em vista a identificação de materialidades significantes, somando um total de 23 edições, das quais foram extraídos 31 excertos, que posteriormente foram novamente recortados e redistribuídos, somando um total de 41;
- c) Das 23 edições, fizemos um novo recorte no qual delimitamos as 08 edições utilizadas neste trabalho, com um total de 30 excertos;
- d) Das 212 edições, identificamos também 06 capas com materialidade significativa referente ao tema proposto na pesquisa. Destas capas, 04 foram utilizadas no trabalho levando em consideração sua pertinência no processo analítico

Cabe salientar que as edições da revista estão dispostas no trabalho seguindo uma ordem, a princípio, cronológica, em que discutimos a materialidade significativa dos excertos – agrupados por edição – e, quando necessário, também das capas, procurando não desprezar dados. Porém, conforme a necessidade de uma ou outra análise, podemos trazer excertos de ordem cronológica díspares.

A partir do exposto, afirmamos que este *corpus* que construímos se estabelece como uma materialidade significativa. E, a partir dos pressupostos teóricos mobilizados neste trabalho,

é possível olhar para esta materialidade e ver o encontro de uma estrutura e um acontecimento. No sentido proposto pela AD, e, portanto, por esta pesquisa, não se olhou o dado no nível da opinião, ou seja, não é do interesse desta pesquisa a opinião ou a intensão da revista ou mesmo a influência da *mídia* sobre as pessoas. Buscamos olhar para a materialidade dada e ver através de sua opacidade o funcionamento de uma **regularidade** que possa confirmar a hipótese que elaboramos e responder o objetivo geral desta pesquisa.

1.4 Organização da dissertação

Além deste capítulo de **introdução** (1), no qual estão explicitados os aspectos gerais, a justificativa e os objetivos da pesquisa, a dissertação está organizada do seguinte modo:

No capítulo 2, intitulado “**Dilma: Lula e radicais do PT**”, discutimos a relação que se estabelece discursivamente entre Dilma – inicialmente enquanto pré-candidata/candidata a presidente do Brasil e posteriormente enquanto presidente do Brasil – e os chamados radicais do PT, assim como a relação discursiva que se estabelece entre Dilma e Lula enquanto sujeitos políticos. Mostramos como se dá a relação de conflito no jogo discursivo entre Dilma e radicais do PT, a qual irá legitimá-los em posições discursivas distintas.

No capítulo 3, intitulado “**Dilma: corrupção e o PT**”, discutimos a relação que se estabelece discursivamente entre a presidente Dilma Rousseff e o PT na discursividade em torno de escândalos e denúncias de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores e também partidos aliados do governo. Além disso, mostramos posições de sujeitos nas quais Dilma está subjetivada, e que, dentre outras coisas, isentam a presidente de ter uma ligação com a corrupção que envolve o PT. Em relação à discussão Dilma/Lula, salientamos que neste capítulo Lula e PT são considerados como parte de um mesmo lugar discursivo.

No capítulo 4, temos as **conclusões**, onde são apresentadas, de maneira sucinta, as considerações finais dos resultados obtidos a partir das análises realizadas nos capítulos 2 e 3.

Finalmente, serão apresentadas as **referências bibliográficas** que foram utilizadas neste trabalho.

2 DILMA: LULA E RADICAIS DO PT

2.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, discutimos a relação que se estabelece discursivamente entre Dilma Rousseff e os chamados “radicais” do Partido dos Trabalhadores. Mostramos como se dá a relação de conflito no jogo discursivo que os legitima em posições discursivas distintas. Além disso, concomitantemente, discutimos também a relação discursiva que se estabelece entre Dilma e Lula enquanto sujeitos políticos.

Para tanto, organizamos uma série de excertos nos quais abordamos dois momentos distintos que Dilma Rousseff ocupa na revista *Veja*, entre os anos 2010 e 2013: um em que ela ocupa o lugar social de pré-candidata/candidata à presidência da República e outro no qual ela já assume o lugar social de Presidente da República. Desta forma, optamos por apresentar, neste capítulo, os dados a partir de uma ordem cronológica, levando em consideração capa da edição (quando pertinente), matérias e reportagens dedicadas ao tema (assim como matérias e reportagens não dedicadas ao tema, mas que, de algum modo, apresentam materialidade significativa para as análises), editoriais e também outros tipos de seções em que o tema Dilma/“radicais” do PT aparece.

Como já afirmamos no capítulo anterior, para a realização das análises mobilizamos alguns dos postulados e pressupostos do quadro teórico da disciplina Análise de Discurso, levando em consideração que esta, como defende Pêcheux,

não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro) (PÊCHEUX, 1984, p. 291).

E, dentro dos diversos caminhos de análise que se pode trilhar na AD, tomamos como ponto de partida a definição de M. Pêcheux (1983a) acerca da relação estrutura e acontecimento, explicitada no capítulo de introdução desta dissertação, cujo pressuposto é de que um acontecimento discursivo se dá no encontro de uma atualidade e de uma memória (PÊCHEUX, 1983a) e de que todo gesto de leitura/interpretação está sujeito à equivocidade da língua.

Assim, buscamos mostrar como se dá o funcionamento discursivo em uma determinada materialidade e, deste modo, mostrar, com base em um conjunto de dados, o que é repetido e atualizado sobre o sujeito político Dilma em relação ao sujeito político Lula e os chamados “radicais” do PT.

2.2 Dilma Pré-Candidata/Candidata

Para darmos início às análises que constituem este tópico, tomamos alguns pontos importantes que a disciplina Análise de Discurso nos permite discutir neste momento referente à discursivização em torno da construção da imagem de Dilma Rousseff, enquanto pré-candidata/candidata, na revista *Veja*, em relação a Lula e aos “radicais”.

Considerando, pois, o que defende Michel Pêcheux (1983a), buscamos analisar como, apesar de aparecer como uma forma transparente – uma informação que pretende apresentar diretamente os “*factos*” –, há uma opacidade no acontecimento. Ou seja, podemos dizer que, apesar de haver uma tentativa de controle dos sentidos no que é posto em circulação, há, no entanto, sentidos diversos funcionando no acontecimento, com suas memórias, imaginários, silenciamentos, etc. Deste modo, temos, nos recortes das imagens e dos textos analisados, a tensão da relação entre estrutura e acontecimento, entre a descrição e a interpretação, como pensada por Pêcheux (1983a).

Outro ponto importante, para a análise do *corpus* neste capítulo, é que, da perspectiva da Análise de Discurso, podemos analisar e investigar as materialidades não somente do ponto de vista do verbal, mas considerando o entrecruzamento do verbal e do não-verbal, quando se fizer necessário.

Sobre isso, Pêcheux (1983b) afirma que, tanto as materialidades verbais quanto as não verbais, como a imagem, não são legíveis na sua transparência porque são atravessadas por um discurso. E, nesse sentido, Fonseca-Silva (2007a) mostra, em suas reconfigurações, também baseadas em Pêcheux (1983b), que a descrição das materialidades discursivas não se instala somente no real da língua – já mencionado no capítulo de introdução –, pois isso acabaria reduzindo a significação apenas ao linguístico. Para a autora, “assim como o discurso é uma das formas de materializar a ideologia, a língua é apenas uma das formas de materializar o discurso e não a única” (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 111). Isto não quer dizer que se negue “a importância do real da língua e, muito menos, que determinadas inscrições só podem se instalar nesse real” (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 111), mas que, sendo a Análise de Discurso uma

disciplina de interpretação, pode construir procedimentos para expor o olhar-leitor à opacidade tanto da língua quanto de outros domínios semióticos.

Assim, considerando o que postulam Maingueneau (1984) e Fonseca-Silva (2007a), tomamos o discurso também como uma prática discursiva, na medida em que “essa noção permite que a questão da descrição das materialidades discursivas se instale tanto no real da língua quanto no real de outros domínios semióticos” (Fonseca-Silva, 2007a, p. 113), ou seja, nos permite pensar o discurso na opacidade da linguagem verbal, na opacidade da linguagem não verbal e na opacidade interdependente da linguagem verbal e não verbal.

Posto isto, o primeiro conjunto de excertos selecionados para análise neste capítulo são referentes ao lugar social de Dilma Rousseff enquanto pré-candidata/candidata às eleições presidenciais que ocorreram em outubro/novembro de 2010⁸ e foram extraídos da edição nº 2153 da revista *Veja*, com data de 24 de fevereiro de 2010, e cuja capa pode ser observada na figura 1:

Figura 1. Edição n. 2153, 24 de fevereiro de 2010.



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

⁸ Ver também Fonseca-Silva (2012; 2013).

Na capa desta edição, temos estampada a imagem da então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em decorrência da ocasião de sua nomeação como pré-candidata do PT às eleições presidenciais de 2010. Podemos observar que, nesta capa, há, tanto na linguagem verbal como na não-verbal, materialidades significantes que produzem efeitos-sentido diversos (Pêcheux, 1983b) e que abrem caminho para a nossa análise sobre a tensão entre Dilma e os assim chamados “radicais” do PT.

A capa apresenta uma imagem em preto e branco de Dilma Rousseff, em que esta se encontra em uma expressão de serenidade. Esta imagem contrasta com tonalidades vermelhas, presentes nas estrelinhas e no contorno da capa, que trazem uma memória da cor do Partido dos Trabalhadores (PT). Além do nome da revista, na parte superior direita, ela apresenta também, na parte inferior direita, em letras grandes, uma transcrição de uma fala atribuída à própria Dilma: “A realidade mudou, e nós com ela”. Pouco mais acima desta inscrição, estão presentes, em letras menores, os seguintes tópicos referentes aos temas a serem tratados na edição da revista: “A candidata e os radicais do PT”; “Entre a ideologia e o pragmatismo”; “O estado e o capitalismo no mundo pós-crise”.

Nas discursividades apresentadas nesta capa, podemos identificar efeitos-sentido, ou, também no sentido pecheutiano, discursos, que apontam uma relação de divergência no Partido dos Trabalhadores, ou, em certa medida, uma tensão no interior do PT. Assim, entre os enunciados linguísticos presentes na capa e que funcionam como materialidades significantes, destacamos inicialmente as chamadas de reportagens, excertos (1), (2) e (3), e, logo em seguida, a formulação que é destacada como uma transcrição da fala de Dilma Rousseff, excerto (4). Vejamos:

- (1) A candidata e os radicais do PT (*Veja*: ed. 2153, 24/02/10, capa).

No primeiro excerto, verificamos um funcionamento discursivo em torno da relação que se estabelece entre a candidata Dilma Rousseff e um grupo, denominado em *Veja*, como “radicais do PT”. Observando nesta materialidade significativa a equivocidade da língua, temos aqui sentidos configurando o acontecimento, trazendo efeitos-sentidos diversos sobre esta relação Dilma e “radicais do PT”, tendo em vista que “o confronto discursivo prossegue através do acontecimento...” (PÊCHEUX, 1983a, p. 20).

Um primeiro aspecto que chama a atenção neste enunciado apresentado no excerto (1), é que a referida revista mobiliza termos como “radical”, “radicais do PT” ou “radicais petistas” para designar, ou referir-se, a um determinado grupo interno do Partido dos Trabalhadores e que, por vezes, é discursivizado como sendo um grupo de ideais extremistas de cunho socialista/comunista.

Considerando, então, a expressão “radicais do PT”, temos em funcionamento uma materialidade linguística, no caso o termo “radicais”, ou sua variante no singular, “radical” que é sinônimo de raiz, essência de algo; porém, quanto à política, seu sentido é: que pretende reformas absolutas em política; extremista⁹. Essa materialidade ainda pode ser observada em sua variante nominal “radicalismo”, cujo sentido remete ao comportamento de quem é radical, inflexível. Ainda ao que concerne ao campo da política, o termo “radicalismo” remete a um posicionamento político doutrinário reformista que prega o uso das ações extremas para gerar a transformação completa e imediata das organizações sociais.

Neste sentido, a expressão “radical”, assim como seu desdobramento “radicalismo”, faz funcionar um pré-construído¹⁰ (PÊCHEUX, 1975) de que ações radicais, na política, são extremistas, com possibilidades de mudanças drásticas. Esta materialidade linguística se relaciona com o acontecimento, em que são postos em funcionamento uma memória, que o atravessa, e uma atualidade (momento em que a reportagem é posta em circulação) e traz o que dá ao enunciado, em questão, o tom opaco e repleto de formulações equívocas (PÊCHEUX, 1983a).

É importante salientar, ainda, que, somente é notada por parte da *mídia* em geral, ou, melhor dizendo, discursivizada nela, a existência de uma “ala radical” no Partido dos Trabalhadores. Apesar de outros partidos com doutrina de cunho socialista também serem discursivizados como radicais, verificamos que, em nenhum outro partido brasileiro é exposta tal divisão – interna ao partido – pelo menos expressa assim com a magnitude ou ênfase como se dá com o PT. Isso, entretanto, pode ter sido resultado da própria constituição deste partido,

⁹ Cf. Dicionário Michaelis – UOL.

¹⁰ A noção de “pré-construído” é apresentada por M. Pêcheux (1975) a partir das reconfigurações que este autor faz do conceito de interpelação althusseriano. Este efeito está ligado ainda à noção de “sustentação” e pressupõe a noção de “interdiscurso” e a noção de “memória discursiva”. Consiste em uma discrepância que irrompe na superfície discursiva como se estivesse sempre “antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, 1975, p. 142), ou seja, “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)” (PÊCHEUX, 1975, p. 151). Nesse sentido, Pêcheux (1975) afirma que podemos considerar “o efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é ‘sempre-já sujeito’” (PÊCHEUX, 1975, p. 142).

que, desde a sua criação, se caracterizou pela heterogeneidade de grupos que o formaram e, também, de ideias¹¹.

Analisando a relação que se estabelece em “a candidata e os radicais do PT”, temos um funcionamento discursivo que é decorrente da materialidade opaca desse enunciado. A princípio, podemos observar o modo como é composta a relação léxico-sintática desse enunciado, em que são apresentados dois elementos substantivos – e que, por sua vez, representam duas partes ou duas categorias – que são ligados por um elemento aditivo, uma conjunção “e”. O primeiro elemento, “a candidata”, é um substantivo que, no enunciado, é adjetivado ao passo que tem como referente Dilma Rousseff. Já o segundo elemento que aparece no enunciado, “os radicais do PT”, define ou categoriza um grupo particular no PT, tendo em vista que também o termo “radicais” cumpra o papel de adjetivar este mesmo grupo. Embora haja entre estes dois elementos um elemento de ligação “e”, temos um efeito-sentido funcionando no entrecruzamento destes elementos que permite uma interpretação na qual as duas partes sejam compreendidas como ocupando lugares distintos. Isto ocorre por haver uma especificação que aponta a existência de duas partes de sentidos distintos e, portanto, não pertencentes ao mesmo grupo semântico. Além disso, a expressão “os radicais do PT” marca, no jogo com o contradiscurso, um outro lugar, em que há “não-radicais do PT”.

Isto fica mais fácil de entender se substituirmos a conjunção “e” pela preposição seguida de artigo definido no plural “dos”. Teríamos a frase: “a candidata dos radicais do PT”. Nela, o sentido do termo “dos” induz classificar os termos “a candidata” e “os radicais do PT” em um mesmo grupo semântico. Ou, ainda, se tivéssemos a frase: “a candidata e o PT”, o fato de não haver separação de um grupo específico no partido, mas, sim, tomá-lo como um todo, permitiria o sentido de que ambos pertencessem, ainda, a um mesmo grupo discursivo.

Temos, assim, no enunciado “a candidata e os radicais do PT” uma relação em que há duas partes distintas, ou seja, uma ocupando o lugar do “radical” e outra ocupando o lugar do “não-radical”. E, nesse sentido, podemos identificar, no excerto (1), que a posição de sujeito Dilma não se encontra do mesmo lado que os chamados “radicais do PT”.

¹¹ Esta heterogeneidade de ideias se pauta no fato de que, desde sua formação, 1978-1980, o Partido dos Trabalhadores se caracterizou por se constituir de vários grupos heterogêneos e por uma multiplicidade de interesses. Conforme aponta Lincoln Secco, em **História do PT** (2012), “poderíamos dizer que o PT surgiu de pelo menos seis fontes diversas. A primeira foi o chamado novo sindicalismo; a segunda, o movimento popular influenciado pela Igreja Católica; a terceira, políticos já estabelecidos do MDB; a quarta, os intelectuais com origens diversas, como o antigo PSB ou posições liberais radicalizadas; a quinta, militantes de organizações trotskistas; a sexta, remanescentes da luta armada contra a ditadura (embora seja possível agrupar estes dois últimos)” (SECCO, 2012, p. 27).

Na materialidade apresentada abaixo, no excerto (2), podemos assinalar um jogo discursivo que possibilita efeitos-sentido ao se opor “ideologia” e “pragmatismo”. Assim, temos:

(2) Entre a ideologia e o pragmatismo (*Veja*: ed. 2153, 24/02/10, capa).

Neste enunciado, identificamos que, na relação do verbal e do não verbal, a imagem da candidata Dilma Rousseff encontra-se em meio a uma relação de oposição que se constitui no interior do PT. Um ponto importante que verificamos nesta materialidade é o efeito-sentido que temos em funcionamento ao por em oposição “ideologia” e “pragmatismo”, pois, dessa forma, cria-se algo que é oposto por natureza.

Nesta oposição, a expressão “ideologia” traz uma memória discursiva na qual se tem uma relação de determinada concepção de ideologia, voltada para o materialismo histórico, e o PT¹². Além disso, essa expressão põe em funcionamento efeitos-sentido a partir de seu equívoco, que, por exemplo, faz com que indivíduos acreditem numa ideologia do PT e que esta ideologia não está sendo posta em prática; ou, mesmo, com que indivíduos não acreditem em uma ideologia que, na atual conjuntura do partido, possa ter valores práticos; ou, ainda, aqueles indivíduos que acreditam numa ideologia do partido, mas que ela possa ser flexível aos interesses deste enquanto “partido de situação”; etc.

Considerando-se, pois, o que se configura aqui como oposição à “ideologia”, temos um jogo com a expressão “pragmatismo”. Nela, podemos verificar, inicialmente, o funcionamento de um efeito materializado no sufixo “ismo”, que constitui um pré-construído no qual se concebe um sentido pejorativo ou um sentido que desqualifica uma determinada ideologia, ou uma determinada ciência ou uma determinada religião, etc. Na frase, tal como aparece na capa da revista, identificamos que a expressão “Pragmatismo” faz alusão às políticas “pragmáticas” desenvolvidas pelo PT, ou, mais especificamente, por Lula e no Governo Lula. Essa expressão, do modo como é empregada, portanto, reafirma um sentido de oposição à “ideologia”, quando ambos são mobilizados para definir lugares de subjetivação no PT. E, por sua vez, Dilma é encontrada “entre” esses dois lugares, ou seja, no entremeio de um jogo de escolha, entre um ou outro lado desta oposição.

Entretanto, esse jogo discursivo se estabelece em uma relação de opacidade e, portanto, não se configura como uma relação logicamente estabilizada. Concordamos com Pêcheux

¹² Sobre a ideologia oficialmente defendida pelo PT, ver: <http://dilmanarede.com.br/ondavermelha/blogs-amigos/ideologia-do-partido-dos-trabalhadores-pt-socialismo-petista>. Acesso em 21/06/2014.

(1983a) que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1983a, p. 53). Assim, podemos identificar um entrecruzamento de sentidos, no enunciado analisado, que permite pensar “ideologia” e “pragmatismo” no interior do PT sem que, necessariamente, seus respectivos sentidos indiquem que estejam funcionando meramente como lugares opostos. Dentre este funcionamento, podemos citar, por exemplo, que há sentidos configurando o interdiscurso e que permitem a leitura na qual pode haver flexibilidade entre o que o partido PT pode pregar e, por outro lado, o que o Governo PT pode pregar e pôr em prática. Daí que, *Veja*, ao discursivizar sobre Dilma, mostrando-a em relação à “ideologia” e ao “pragmatismo”, ambos funcionando como lugares opostos no PT, busca apontar a existência de apenas uma escolha por um desses dois lugares, fazendo com que apareçam opostos quando significados no interior do PT. No entanto, observando os sentidos diversos que a opacidade deste mesmo enunciado permite coexistir, identificamos um efeito-sentido no qual “ideologia” e “pragmatismo” não precisam representar lugares distintos, mas ambos podem dialogar conforme a necessidade do partido ou do governo PT. Em outras palavras, o PT pode ser mais pragmático e ser menos ideológico ou, ainda, mais ideológico e menos pragmático a depender do objetivo ou necessidade criada em sua relação com o poder, enquanto partido de situação.

Ainda quanto às questões postas à candidata Dilma Rousseff, vejamos o terceiro tópico, excerto (3), apresentado na capa desta edição:

- (3) O estado e o capitalismo no mundo pós-crise (*Veja*: ed. 2153, 24/02/10, capa).

Em princípio, podemos observar, neste excerto, uma relação discursiva que envolve “estado” e “capitalismo” de maneira semelhante àquela envolvendo “Dilma e os radicais do PT”, que encontramos no excerto (1), ou seja, uma relação na qual são dados dois elementos que aparecem unidos pela conjunção “e”, mas que, apesar desta característica estrutural da frase, estes dois elementos indicam o funcionamento de lugares discursivos distintos. Assim, ao apresentar uma estrutura linguística na qual se separa “estado” e “capitalismo”, o enunciado faz emergir uma memória discursiva em que se tem o pressuposto de que: o “estado” representa um conjunto de instituições que compreendem a organização política, militar e funcional de uma nação e tem como fim a manutenção da coisa pública; e, por outro lado, o “capitalismo”, de maneira geral, é um sistema econômico cujos meios de produção são de propriedade privada e visam fins lucrativos. No jogo discursivo que envolve, portanto, esta relação, temos

inicialmente um efeito de conflito, quando pensados estes dois elementos de maneira simplista, em que: o Estado trabalha em função do povo, de maneira geral, enquanto o capitalismo funciona em favor de grandes empresas e de uns poucos favorecidos.

Entretanto, esta concepção que, em princípio, parece antagônica, é ressignificada quando tomada no lugar que é apontado na parte seguinte da mesma frase. A saber: “no mundo pós-crise¹³”. Ao tomarmos agora o enunciado, como é discursivizado, verificamos outro funcionamento, no qual há um efeito-sentido em que “estado” e “capitalismo” podem dialogar quando tomados em condições de um mundo “pós-crise”. E que, mais uma vez, a candidata Dilma Rousseff aparece como a figura a qual terá que saber lidar com esta condição.

O quarto excerto, extraído da capa desta edição, apresenta a transcrição de um trecho da fala de Dilma Rousseff em entrevista à própria *Veja*.

(4) A realidade mudou, e nós com ela (*Veja*: ed. 2153, 24/02/10, capa).

Podemos assinalar que o enunciado “A realidade mudou, e nós com ela”, em conjunto com os outros enunciados – excertos (1), (2) e (3) – que aparecem em forma de tópicos na capa desta edição, apresenta um efeito-sentido no qual o PT não pode ser mais o mesmo, que pregava determinadas questões de uma política voltada para esquerda, no passado, mas, sim, governar conforme a nova realidade em que vive o país, ou mesmo o mundo. Este enunciado, discursivizado na capa da edição, foi destacado como manchete a partir da transcrição de uma fala da reportagem que inclui uma pequena entrevista com Dilma Rousseff, intitulada: “**10 perguntas para Dilma Rousseff**”. Nela, há uma pergunta feita à Dilma e que faz referência a uma frase do economista britânico, John Maynard Keynes, que teria dito algo semelhante a “se a realidade muda, eu mudo minhas convicções” (*Veja*, 24/02/2010, p. 52). A pergunta foi: “Como sua visão de mundo mudou com o tempo e com a experiência de ajudar a governar um país?” (*Veja*, 24/02/2010, p. 52). A resposta completa atribuída à Dilma, segundo a reportagem, foi: “A realidade mudou, e nós com ela. Contudo, nunca mudei de lado. Sempre estive ao lado da justiça, da democracia e da igualdade social” (*Veja*, 24/02/2010, p. 52).

¹³ A crise econômica de 2008, também chamada de Grande Recessão, afetou o mercado financeiro internacional devido ao desequilíbrio da maior economia do mundo – Estados Unidos – em consequência do colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário e da quebra e falência do Banco Lehman Brothers. Como um efeito-dominó, gerou pânico em diversas instituições financeiras e causou a quebra de grandes empresas ao redor do mundo. Seus efeitos ainda são sentidos hoje em diversos países. No Brasil, apesar de não ter gerado um impacto mais grave, devido às medidas de estímulo do governo na economia, ainda assim a crise teve algumas consequências. Entre as principais, destaca-se a baixa das cotações de ações em bolsas de valores, quebra da produção industrial, redução de crédito no mercado e queda do PIB.

Entretanto, apesar de se tratar da fala de um sujeito pragmático, tomamos como materialidade para análise o modo como este enunciado é discursivizado na capa da edição, excerto (4), em sua relação com o verbal e o não verbal de toda materialidade discursiva da referida capa e verificar quais os funcionamentos tal enunciado oferece.

Ao tomarmos essa “realidade” como a “realidade do país”, ou “realidade do Brasil”, identificamos um efeito-sentido no qual não se pode pensar certas questões políticas hoje como se pensava há cerca de 25 ou 30 anos, por exemplo. Em outras palavras, o enunciado (4) presentifica o discurso de que é preciso se adequar à atual conjuntura da realidade política do país, e isto faz com que se crie uma relação conflitante com determinadas posições defendidas pelo PT, das quais, parte delas estão veiculadas a princípios da época em que o partido se firmava como oposição. Nesse sentido, identificamos que, na discursividade de *Veja*, há um PT adequado ao que se caracteriza como nova realidade política e um outro PT, apegado a determinados valores ideológicos que presentifica um choque de realidade com a atual realidade política do país.

Assim, podemos afirmar, a partir das análises da materialidade linguística desses quatro excertos aliada à imagem de Dilma Rousseff, a existência de um jogo discursivo no qual é estabelecido um conflito no interior do PT. E, em meio a esse jogo, encontra-se a candidata Dilma Rousseff. Além disso, podemos identificar também uma relação de tensão entre Dilma e os chamados “radicais do PT”, como veremos a seguir com os excertos retirados do corpo de reportagens desta mesma edição.

O excerto (5) foi extraído do texto editorial da edição – carta ao leitor – e os excertos (6) e (7), extraídos da reportagem especial de capa, que trata do lançamento da pré-candidatura de Dilma Rousseff.

O recorte, que separamos como excerto (5), faz parte do texto editorial da referida edição de *Veja*, intitulado “**O trilho institucional**”, e tem por tema o lançamento da pré-candidata do PT Dilma Rousseff às eleições presidenciais de 2010. No texto, há uma tentativa de controlar os sentidos, pois apresenta a notícia em uma relação semanticamente estável entre o que se diz e os “fatos” que estão ocorrendo, apresentando a língua como transparente. De um modo sintético, no texto defende-se que a escolha de Dilma Rousseff como candidata oficial do PT levou em consideração o fato dela ser uma alternativa frente às sucessivas crises enfrentadas pelo partido e dela ter alcançado um significativo crescimento nas pesquisas de intenções de voto, em parte, devido à popularidade alcançada por sua estreita relação com o então presidente Lula. O texto aponta ainda que esses motivos, somados a uma grande manobra interna feita por Lula, foram fatores significativos para que a chamada ala radical do partido acatasse, mesmo

que com muita resistência, a indicação do nome de Dilma Rousseff como candidata oficial. Observamos que, apesar de aparecer como uma notícia “objetiva”, temos aqui a condição da equivocidade da língua, em que sentidos diversos estão entrecortando o acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1983a). Desta forma, analisamos este funcionamento discursivo a partir do recorte específico que apresentamos a seguir:

- (5) [...] Dilma foi, desde meados do primeiro mandato, a candidata *in pectore* de Lula. Pouco a pouco, o presidente foi deixando sua preferência tornar-se pública ao tempo em que desbastava as resistências ao nome de Dilma entre os bolsões radicais porém sinceros do petismo (*Veja*: ed. 2153, 24/02/10, p. 11).

Neste excerto, temos um funcionamento discursivo no qual há uma relação entre Lula, Dilma e o PT, ou, mais especificamente, a chamada ala radical do PT. Levando em consideração que, no espaço que trabalha a AD, qualquer enunciado está sujeito a uma interpretação (PÊCHEUX, 1983a), e que essa interpretação se configura como “efeito, certamente, dos múltiplos sentidos associáveis a ele, sistematicamente, ou como efeito do equívoco” (POSSENTI, 2007, p. 149), podemos afirmar que a evidência de sentido que teríamos nesse enunciado pode ser posta em questão.

A primeira questão a que nos detivemos neste excerto refere-se ao enunciado “Dilma foi, desde meados do primeiro mandato, a candidata *in pectore* de Lula”. Na estrutura linguística deste enunciado, há uma expressão de outra língua, no caso o latim, produzindo sentidos. O que, em um primeiro momento, teríamos como transparente é que, ao se usar um termo de outra língua, basta fazer uma tradução deste termo para o português, o que já apresentaria o sentido deste termo no enunciado específico. Desse modo, o uso do termo latino *in pectore* – literalmente “do peito”, mas que também pode ter significado coloquial no português de “intimamente”, “secretamente” – aponta uma forte ligação entre o então presidente Lula e a pré-candidata Dilma Rousseff. Porém, um termo de outra língua geralmente não se estabelece como uma simples tradução, pois, além da própria questão da fidelidade da tradução de uma língua para outra¹⁴, temos que a presença do termo já traz sentidos diversos ao enunciado.

Posto isto, verificamos que este termo traz um determinado funcionamento discursivo no qual há um tipo de relação entre Lula e Dilma. Lembramos que há uma regularidade no uso

¹⁴ Esta questão é levantada por vários especialistas, mas, por não ser uma questão na discussão que propomos nesse trabalho, não iremos discuti-la aqui.

deste termo para apresentar esta mesma ligação entre Lula e Dilma em diversos outros textos, como *blogs*, sites de notícias, etc¹⁵. Sua opacidade se dá pelo fato de este termo produzir variados efeitos-sentido, como o efeito de um tom solene e hierárquico, por um lado, e silenciamentos, por outro lado. Assim, temos uma questão inicial aqui em torno do uso de uma palavra de outra língua.

Mesmo para quem não o conhece, o termo *in pectore*¹⁶, da forma como aparece materializado no texto, pode ter um funcionamento que represente um tom de nobreza, ao materializar uma ligação entre Lula e Dilma. Esse efeito ocorre muitas vezes quando são trazidos termos importados de outras línguas para a produção de um texto, seja para dar ênfase a algo ou a alguém. Nesse aspecto, poderíamos considerar em um pequeno paradigma como seria o uso de alguns outros termos possíveis de realização em português em substituição ao *in pectore*, para o mesmo enunciado “a candidata *in pectore* de Lula”, tendo em vista mostrar os tipos de problemas de interpretação que são oferecidos por estes enunciados, sempre levando em consideração a relação que se estabelece entre Dilma e Lula. Para observarmos isso, produzimos algumas paráfrases do enunciado em questão para mostrar o modo como se dão os efeitos-sentido e possíveis deslizamentos de sentido.

Assim, entre outros, podemos pensar como poderia ficar:

- a) A candidata do peito de Lula;
- b) A candidata íntima de Lula;
- c) A candidata secreta de Lula.

¹⁵ Como podemos observar, dentre outros, em: “Dilma, a sucessora in pectore de Lula” (Blog Fábio campana, grifos nossos).

<http://www.fabiocampana.com.br/2008/09/declaracao-antecipada-de-voto-do-presidente-lula/> acesso em: 10/11/2013.

“Por que Dilma Rousseff foi escolhida para anunciar a grande descoberta das reservas petrolíferas? Porque é a candidata in pectore do presidente Lula à presidência da República em 2010” (migalhas.com.br, grifos nossos).

http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia_amanhecidas.aspx?cod=49151 acesso em: 10/11/2013.

“El País' vê Dilma como candidata natural à sucessão de Lula [...] O jornal comenta que Lula “já afirmou que não será neutro nas eleições de 2010 e que fará campanha a favor de ‘seu candidato’, cujo nome conserva ‘in pectore’, como fazem os papas com alguns cardeais” (BBC Brasil.com, grifos nossos). http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/10/071008_pressreview.shtml acesso em: 10/11/2013.

“[...] Nem puderam embarcar, como é natural, ante o risco de contágio para todos os membros da comitiva, que inclui a ministra Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil e candidata “in pectore” de Lula a sucedê-lo” (Folha de São Paulo, grifos nossos).

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0512200912.htm> acesso em: 10/11/2013.

¹⁶ Este termo também está ligado à tradição da Igreja Católica onde é usado para designar um cardeal que o Papa nomeou e cujo nome não tornou público.

Em a), observamos que a expressão “do peito”, que representa uma tradução mais literal do *in pectore* para o português, tem uma característica de informalidade e indica uma relação de amizade, proximidade e afetividade. O efeito-sentido que se produz aqui é o de que Dilma seria a candidata de quem Lula gosta muito e em quem confia.

Em b), observamos que, na expressão “candidata íntima”, há uma retomada dos sentidos que observamos em a), acrescentado de uma intensificação que produz um efeito de que haveria algo além da amizade, de uma proximidade ainda mais forte entre Lula e Dilma. Algo como um envolvimento amoroso, porém, neste caso específico, entre Dilma e Lula, a memória discursiva impede que haja a interpretação de uma relação amorosa entre eles, pois esta memória aponta uma relação exclusivamente política entre ambos, deixando com que a relação entre eles seja de uma forte amizade, pois a relação que se estabelece entre Dilma e Lula envolve o PT.

Em c), observamos que a expressão “candidata secreta” nos leva a pensar em um efeito em que a escolha de Lula era algo escondido de todos. Ou seja, pensando em uma eventual resistência do próprio partido ao nome de Dilma para concorrer à Presidência da República, Lula evitou trazer à tona sua escolha. Além disso, outro sentido possível seria que Lula possuiria uma espécie de “arma secreta” para as eleições presidenciais de 2010.

A partir das paráfrases que produzimos e analisamos logo acima, podemos verificar que as mesmas não se encontram em uma relação interparafrástica, em que “esses enunciados remetem (Bedeutung) ao mesmo fato, mas [...] não constroem as mesmas significações (Sinn)” (PÊCHEUX, 1983a, p.20) com o sentido do enunciado original. Observamos que em **a** e em **b**, a relação entre Dilma e Lula é apresentada como muito próxima, envolvendo uma certa afetividade, sendo que, em **b**, traz uma certa intensificação dessa relação. Já em **c**, mesmo não excluindo a questão da afetividade, o que é destacado é o elemento estratégico por conta do segredo da escolha de Lula. Em todo caso, há nestes enunciados uma marcação da proximidade entre Lula e Dilma.

Confrontados esses sentidos com o sentido do enunciado que foi veiculado, observamos que, além do tom solene, o emprego do termo latino *in pectore* não nega a relação de amizade, mas, ao contrário, apresenta um efeito de fortalecimento do sentido de que a relação entre Lula e Dilma seja algo além de uma ligação de amizade, ou seja, dá ao enunciado um sentido de que há uma ligação mais forte entre os dois no que diz respeito à relação política. Assim, temos que o efeito-sentido desse enunciado indica que o fato de haver algo ligando a candidata Dilma, a todo o momento, à pessoa/imagem do então presidente Lula, que é representado como uma figura querida pela grande maioria da população, Dilma será considerada também uma “boa”

presidente(a), porque é a escolhida de Lula, que é/foi um “bom” presidente. De uma forma mais direta, o efeito-sentido aqui é: Dilma é a candidata de Lula¹⁷.

Outra questão que devemos nos ater ainda quanto ao termo *in pectore* diz respeito a um certo tipo de silenciamento por conta do possível não entendimento deste termo latino por parte de alguns leitores. O silenciamento que temos em funcionamento neste lugar é o que Orlandi (2007) considera como silêncio constitutivo. Conforme a autora:

O silêncio de que falamos aqui não é ausência de sons ou de palavras. Trata-se do *silêncio fundador*, ou fundante, princípio de toda significação. [...] O silêncio não é vazio, ou sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. Isto nos leva à compreensão do ‘vazio’ da linguagem como um *horizonte* e não como *falta*. [...] O silêncio de que falamos é o que instala o limiar do sentido. O silêncio físico não nos interessa, assim como, para o linguista, o ruído enquanto matéria física não se coloca como objeto de reflexão (ORLANDI, 2007, p. 68).

E, mais a diante, a autora acrescenta que:

Dessa concepção de silêncio, como condição de significação, resulta que há uma completude constitutiva da linguagem quanto ao sentido [...]. Assim, em face do discurso, o sujeito estabelece necessariamente um laço com o silêncio; mesmo que essa relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente. Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando. Aí está, acreditamos, um dos aspectos da polissemia: mais se diz, mais o silêncio se instala, mais os sentidos se tornam possíveis e mais se tem ainda a dizer. Mas, em nossa concepção, o silêncio é mais ainda – ele significa por si mesmo: “o silêncio não são as palavras silenciadas que se guardam no segredo, sem dizer. O silêncio guarda um outro segredo que o movimento das palavras não atinge” (M. Le Bot, 1984) (ORLANDI, 2007, p. 69).

Assim, trazendo o conceito de silêncio fundador, reafirmamos que, o que a princípio pode parecer uma ligação transparente entre Dilma e Lula, ou seja, pode, por exemplo, ser compreendida como uma simples relação de amizade, aparece, neste excerto, como uma relação cujo sentido se estabelece de maneira opaca. Isto se deve a uma relação cujo fim é de manter o partido no poder e recorrer a meios para que este poder se mantenha. Com isto, temos um efeito-sentido que se constitui no interdiscurso em que, por parecer transparente, este enunciado remete a uma ligação de amizade, silenciando outros sentidos e que pode, de certo modo,

¹⁷ Isto não exclui também a interpretação de que Dilma representa um fantoche na mão de Lula.

remeter ao imaginário segundo o qual Lula estaria trazendo uma amiga, ou melhor, uma protegida para ser a candidata do PT nas eleições presidenciais de 2010.

Dito isso, temos no mesmo excerto, logo após a expressão “candidata *in pectore* de Lula”, uma outra questão que se relaciona diretamente a esta expressão. O trecho: “Pouco a pouco, o presidente foi deixando sua preferência tornar-se pública”, reforça a ideia de que, em princípio, houve também um silenciamento acerca da escolha da candidata Dilma e que essa escolha foi sendo revelada paulatinamente, visando a princípio evitar ou amenizar um enfrentamento com a ala mais “radical”, ou, como aparece no acontecimento marcado linguisticamente, “bolsões radicais”, do Partido dos Trabalhadores. Este outro tipo de silenciamento tem aqui constituindo como sentido a não circulação da notícia, que remete a um determinado funcionamento da mídia, que não a fez circular, mas também o medo das reações dos radicais. Este tipo de silêncio é considerado por Orlandi (2007) como política do silêncio. Nas palavras da autora:

Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2007, p. 73).

Finalmente, para concluir a análise deste excerto, observamos que, na busca de diminuir, ou “desbastar” a resistência a Dilma dos “bolsões radicais porém sinceros do petismo”, temos a expressão “sincero”, que expõe uma relação de interdiscurso com “não sincero”, que, no caso, seria Lula. Assim, outro efeito-sentido produzido aqui corresponde ao gesto de leitura no qual Lula, não é “radical”, mas também não é sincero. Ainda nesse sentido, a opacidade em torno do termo “sincero” surge quando sua materialidade é posta em uma rede de relações linguísticas, em que há uma memória discursiva funcionando em cada termo em um enunciado específico. Assim, podemos identificar, no enunciado em questão, a palavra “sincero” posta em relação com o item lexical “radicais”, uma memória em funcionamento na qual ser radical é associado a algo negativo (ruim), e o item lexical “sinceros” é associado a algo positivo (bom). E o efeito que se tem aqui surge de uma relação argumentativa. Deste modo, ser um “radical” (ruim), PORÉM “sincero” (bom) apresenta um efeito-sentido no qual não ser “sincero”, mesmo não sendo radical, é pior que ser radical sincero. No entanto, o sentido de que há algo ou alguém que não é radical, mas também não é sincero se completa na figura de Lula, que, por sua vez, “desbasta” a resistência que os “bolsões radicais” fazem a Dilma, ou seja, não se preocupa com os meios percorridos para atingir os fins desejados, que, no presente caso, é a manutenção do

Partido dos Trabalhadores na Presidência da República. Isto significa que há uma discursivização na qual Lula aparece como aquele que impõe seus objetivos de maneira sutil, dissimulada, e sem criar maiores conflitos com a chamada ala radical petista.

Termos como “radical” ou “radicais” não aparecem no excerto (6). No entanto, pode ser identificado um funcionamento semelhante ao que identificamos no excerto (5), no qual há uma divergência no posicionamento discursivo entre Lula e Dilma em relação aos radicais do PT. Vejamos:

(6) **A candidata conquista o ninho**

O PT aceita oficialmente a candidatura imposta por Lula. Resta saber o que Dilma aceitará do PT no caso de chegar à presidência da República (*Veja*: ed. 2153, 24/02/10, p. 51).

Aqui observamos que, no primeiro enunciado do excerto e que dá título à matéria, a candidata Dilma Rousseff está em uma relação de força com o “ninho”, que, neste caso, representa o Partido dos Trabalhadores. Ou seja, este enunciado aponta o funcionamento de um conflito entre dois lugares, materializado pelo verbo “conquistar”. Isso é reforçado na medida em que, no segundo enunciado, Lula aparece em um mesmo lugar discursivo juntamente com a candidata Dilma. E este lugar está em conflito com o PT, já que há uma imposição daqueles frente a este para uma aceitação da candidata. Isto é, através de uma imposição do então presidente Lula é que a candidata “conquista o ninho”, ou seja, o PT. Assim, temos um primeiro momento no qual Lula e Dilma conseguem a aceitação oficial do partido para a candidatura de Dilma à Presidência da República, lembrando que se trata de uma aceitação por meio de uma imposição.

Entretanto, observamos, ainda, no terceiro período desse excerto que, em um segundo momento, esse conflito pode voltar à tona, levando em consideração que, caso Dilma venha a ganhar as eleições, o PT possa vir a requisitar que seus interesses sejam acatados pelo Governo Dilma, o que colocará Dilma na condição de aceitar ou não aceitar tais intervenções. E essa leitura é possível devido ao uso do verbo “aceitar”, em que “aceitará” tem um mesmo radical que “aceita”, mas, da forma que é utilizado neste enunciado, no futuro do indicativo, aponta uma condição, ou seja, tem um efeito condicional. Desta forma, verificamos que o verbo “aceitar” assume efeitos-sentido diferentes, na medida em que sentidos diferentes são identificados nesta materialidade de acordo com posições discursivas distintas que os diferentes sujeitos assumem neste excerto específico.

Assim, podemos dizer que, enquanto o PT não tem alternativa em aceitar a candidatura de Dilma, ela, por sua vez, poderá aceitar ou não aceitar [algo] do PT em um eventual futuro. Esse “algo” está marcado pelo pronome relativo “que”, no enunciado.

No excerto (7) identificamos novamente materializada a relação entre a estrutura em torno da memória do termo “radical” com o acontecimento marcado no jogo linguístico.

(7) **Os dois figurinos de Dilma**

Radical no discurso, mas quase sempre pragmática na ação, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, joga para a plateia petista sem assustar o empresariado

[...] Em outras palavras, o figurino radical de Dilma é para petista ver. O outro, norteado pela consciência de que o capitalismo produz riqueza, é o que ela usa na hora de pôr a mão na massa (*Veja*: ed. 2153, 24/02/10, p. 54).

O primeiro enunciado do excerto (7), que dá título a esta reportagem, a saber: “Os dois figurinos de Dilma”, é uma referência aos dois posicionamentos assumidos pelo sujeito político Dilma, um “figurino” para agradar aos radicais, apresentando, assim, uma forma de apaziguar conflitos e, em certa medida, manter uma relação de estabilidade em relação ao seu partido, principalmente a chamada ala radical. E um outro “figurino”, com o qual deixa o empresariado em uma situação de conforto, em que suas decisões políticas não afetarão o viés capitalista da nação. Trata-se, neste caso, de algumas ações de manobra política nas quais Dilma, ainda como ministra da Casa Civil, estaria pondo em contradição o que, por um lado, se entende ser um posicionamento ideológico e estatizante diante de colegas do PT e, por outro lado, suas decisões pragmáticas frente ao mercado, tendo em vista a produção de riquezas geradas pelo capitalismo. Considere-se que, na discursividade de *Veja*, ao fazer uso de “dois figurinos”, Dilma assume posicionamentos distintos em que identificamos um efeito-sentido de que Dilma não é totalmente sincera.

A expressão “radical”, nesse excerto (7), funciona como um termo qualificador do PT. Porém, diferentemente do que vimos na análise do excerto (5), a assimilação do radicalismo aqui está relacionada ao PT como um todo, e não somente a uma determinada ala do partido. Na discursividade encontrada no excerto (7), há sentidos entrecruzados que, tomados no interdiscurso, trazem uma memória discursiva na qual identificamos o jogo político que atravessa os sentidos do termo “radical”. Nesse jogo, Dilma assume posicionamentos diferentes, de modo que: por um lado, há um posicionamento em relação ao grupo dos petistas, sugerindo que estes desconheçam esta memória do jogo político e acreditam na veracidade

ideológica do que Dilma discursa¹⁸; e, por outro lado, há um posicionamento diferente em relação a empresários *et al*, que, por sua vez, reconhecem esta memória sobre o jogo político e, por conta disso, acreditam que esses discursos¹⁹ são somente para “acalmar” determinados grupos do Partido dos Trabalhadores.

O que traz esta memória sobre o jogo político são algumas expressões que aparecem no excerto. Por um lado, temos: “radical no discurso”, “joga para a plateia petista”, “figurino radical”, “para petista ver”; e que estão em relação interparafrástica com: “quase sempre pragmática na ação”, “[joga] sem assustar o empresariado”, “o outro [figurino]”, “consciência de que o capitalismo produz riqueza”. Neste sentido, podemos observar na discursivização de *Veja* que há dois posicionamentos distintos que constituem uma espécie de “jogo político”.

Este “jogo” discursivo apresenta um mesmo funcionamento em relação ao que identificamos anteriormente de que se deve evitar um enfrentamento. Porém, desta vez, não só um enfrentamento contra os “radicais” do PT, mas também contra o PT em si. E, além do próprio partido, também se evita um enfrentamento com empresários. Assim, temos novamente o funcionamento de um efeito-sentido no qual Dilma é “não radical”, pois apenas “joga” com os radicais – ou plateia petista – para evitar perder esse domínio, mas atua – “por a mão na massa” – no jogo como não radical. Porém, este jogo só faz sentido aqui por se tratar de uma situação de campanha eleitoral, em que é preciso estabelecer boas relações tanto com o próprio partido quanto com as diversas alas do eleitorado. Nesse sentido, vemos que Dilma, tomada como sujeito político, é apresentada a partir de duas posições discursivas distintas, que determinam o que se deve e o que se pode dizer, e como se pode e se deve comportar. Para não se colocar em conflito com o seu partido, esse sujeito político só pode enunciar um discurso radical, para petista ver. E, para não perder apoio ou causar medo no empresariado, tem um comportamento de ação quase sempre pragmática e tem consciência de que o capitalismo produz riqueza.

Pêcheux (1975), afirma que:

a tomada de posição não é, de modo algum, concebível como um “ato originário” do sujeito-falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso transversal. [...] Nessas condições, a tomada de posição resulta de um retorno do “Sujeito” no sujeito, de modo que a não-consciência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele “toma consciência” e a propósito do que ele toma posição, é

¹⁸ Discurso aqui é entendido como a reunião de ideias defendidas pela candidata.

¹⁹ Idem.

fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus “semelhantes” e com o “Sujeito” (PÊCHEUX, 1975, p. 159-160).

Podemos identificar, deste modo, na discursividade materializada no excerto (7), um sujeito político que faz um jogo interdiscursivo com um sujeito que se desdobra em tomadas de posições e que legitima o lugar do radical e do não radical.

Um segundo conjunto de excertos que destacamos para verificarmos uma regularidade a respeito da discursivização em torno da relação Dilma e Lula frente aos chamados radicais petistas está ligado à edição nº 2173 de *Veja*, de 14 de julho de 2010, portanto, publicada ainda durante o período da campanha para as eleições presidenciais. Essa edição apresenta uma capa na qual há, sobre um fundo vermelho, a estrela símbolo do PT, também em um tom de vermelho, e a figura que faz lembrar um dragão com várias cabeças representando metaforicamente o que seria a ala radical do partido. Na parte inferior da capa, há uma manchete intitulada “O monstro do radicalismo – a fera petista que Lula domou agora desafia a candidata Dilma” configurando, assim, um jogo de formulações entre o verbal e o não verbal que funcionam como materialidade simbólica de significação. É o que podemos ver na figura 2:

Figura 2. Veja, Edição n. 2173, 14 de julho de 2010.



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Somando-se a isso, na reportagem de capa, que tem como título a formulação “A criatura contra-ataca”, é feita uma discussão acerca do programa de governo apresentado pelo PT na disputa presidencial de 2010. Segundo a reportagem, este programa apresenta grande parcela das ideias tidas como autoritárias, oriundas da chamada ala mais radical do partido, e questiona o modo como a então candidata Dilma Rousseff irá lidar com esta questão.

Entretanto, vale ressaltar que, no texto editorial desta mesma edição de *Veja*, denominado “O ímpeto liberticida”, busca-se explicar o acontecimento de que o programa de governo apresentado pelo PT na campanha eleitoral de 2010 é uma “segunda versão” do referido programa de governo, ou seja, o que foi levado a público foi uma reformulação de uma primeira versão que, ainda segundo o mesmo texto, teria um teor muito mais radical, classificado de “furiosamente esquerdista” (*Veja*, 14/07/2010, p. 13) e que, mesmo assim, manteve alguns pontos classificados pelo editorial da revista como perigosos.

Podemos chamar a atenção, inicialmente, para as duas formulações linguísticas que mencionamos acima, a formulação que aparece na manchete da capa e a formulação que dá título à principal reportagem desta edição de *Veja*, e que é pertinente ao nosso tema, a saber:

- (8) O monstro do radicalismo – a fera petista que Lula domou agora desafia a candidata Dilma (*Veja*: ed. 2173, 14/07/10, capa).
- (9) A criatura contra-ataca (*Veja*: ed. 2173, 14/07/10, p. 65).

As formulações linguísticas que constituem os exemplos (8) e (9) apresentam um conjunto de termos que funcionam como materialidades significantes nas quais podemos identificar uma memória e uma atualidade. Levando em consideração o caráter histórico dos sentidos, conforme Fonseca-Silva (2007b, p. 101), estes enunciados linguísticos “só produzem sentido em relação a outros sentidos”. Esta materialidade repete a posição de que há um grupo “radical” no PT, e isto retoma todo um caráter histórico dos sentidos da expressão “radical”, como verificamos nas análises da edição anterior. No entanto, esta retomada não se configura como o mesmo no acontecimento, já que, nestas formulações, soma-se o caráter monstruoso, que qualifica e intensifica o termo “radical”. Assim, temos que, de modo geral, monstro evoca uma memória do medo, o que nos dá, dessa maneira, o efeito-sentido possível que é reafirmado por estes enunciados linguísticos é o de que os radicais causam medo. Mas, agora, um medo ainda maior, pois o termo “radical” desta vez está associado a algo monstruoso.

Algumas formas linguísticas marcam esta intensificação do medo. No excerto (8), verificamos os termos “monstro” e “fera”; e, no excerto (9), verificamos o termo “criatura”. Estes termos produzem um efeito-sentido de temor ao sujeito-leitor, na medida em que estas palavras trazem uma memória de terror. Ou seja, ao se usar estas palavras, qualificando algo, o que se tem é uma ideia de que há algo de assustador no objeto que é qualificado. Assim, nesse radicalismo, há um funcionamento discursivo de que algo perigoso pode ocorrer ao governo brasileiro caso o PT venha a vencer as eleições presidenciais de 2010. Isso implica afirmar que há uma regularidade quanto ao funcionamento discursivo de como este radicalismo, presente no Partido dos Trabalhadores, é retomado em várias reportagens, editoriais e capas da revista *Veja*, em que este radicalismo é posto como algo ruim, que causa medo, como já observamos mais acima. A atualidade específica que identificamos nestes excertos é o aspecto “monstruoso” do radical/radicalismo, representado pelos termos “monstro”, “fera” e “criatura”, que

reafirmam e intensificam a posição de sujeito de que o radical é ruim e o monstro radical é muito ruim, chegando a ser monstruoso.

Os termos “monstro”, “fera” e “criatura” remetem metaforicamente a um ser fantástico, um animal aterrorizador, mitológico, que, na capa desta edição de *Veja*, está representado pela figura de um dragão com várias cabeças. Ressalta-se que, segundo o que está dito na capa, o ex-presidente Lula já enfrentou e conseguiu domar esta criatura ou “fera monstruosa” do radicalismo petista. Porém, é posto que esta “criatura contra-ataca” e cabe agora a Dilma também enfrentá-la e domá-la. Mas, nesse sentido, o efeito de temor causado inicialmente no leitor entra em relação com o efeito de que Dilma é a candidata de Lula. E, com o apoio deste, ela tem todas as condições de também domar a fera petista, pois, se a chamada “criatura” pode, por sua vez, “contra-atacar” é porque ela, no mínimo, já atacou alguma vez e foi vencida. Por outro lado, a ideia de que a criatura possa contra-atacar traz consigo também um efeito de medo por meio da dúvida de que Dilma realmente poderá domar tal criatura – ou melhor, o radicalismo.

Assim, nestes enunciados identificamos a posição de sujeito em que Dilma e Lula não são radicais, diferentemente de um outro grupo dentro do PT, que não só se constitui como grupo radical, mas radical monstruoso.

Podemos verificar a regularidade desse funcionamento discursivo em outros lugares, tais como nesses quatro excertos – (10), (11), (12) e (13) – que compõem o texto da reportagem que tem como título: “A criatura contra-ataca”:

- (10) O programa de governo do PT traz de volta a ameaça de censura à imprensa e reacende um debate: Dilma Rousseff conseguirá controlar os radicais de seu partido e domar o monstro do autoritarismo? (*Veja*: ed. 2173, 14/07/10, p. 65).
- (11) [...] afinal, Dilma Rousseff, se eleita, conseguirá repetir o feito de Lula e impedir que os radicais do PT transformem o Brasil em uma república socialista, de economia centralizada e planejada e sem garantias à liberdade de expressão? (*Veja*: ed. 2173, 14/07/10, p. 65).
- (12) [...] O episódio da semana passada mostra que Dilma está sendo desafiada pelo monstro do atraso com suas múltiplas cabeças ágrafas, ignorantes, passadistas e liberticidas. (*Veja*: ed. 2173, 14/07/10, p. 65).
- (13) [...] Há razões para crer que Dilma Rousseff, apesar do passado de ex-guerrilheira comunista, não comungue com as propostas radicais defendidas por setores do PT, como juram seus assessores. Mas também existem motivos para desconfiança – e não são poucos. (*Veja*: ed. 2173, 14/07/10, p. 68).

O excerto (10) é apresentado como um subtítulo na página da revista logo abaixo do título da reportagem, e está ao lado de um relógio despertador, que marca 81 dias para as eleições presidenciais de 2010. Por ser discursivizado na forma de uma pergunta, este enunciado materializa uma dúvida quanto ao futuro do governo em relação aos conflitos com a “ala radical” do PT e a memória de autoritarismo que ela traz, caso Dilma Rousseff ganhe as eleições presidenciais. Os excertos (11) e (12) foram extraídos do corpo da reportagem e também legitimam a posição de que a “ala radical” do PT causa medo, principalmente se conseguir exercer influência no modo de governar de Dilma Rousseff, caso ela seja eleita presidente. Por fim, o excerto (13), ao pôr em suspenso uma memória sobre luta armada e Dilma, discursiviza a relação desta com ideais “radicais” do PT.

Destacamos que esses 4 excertos reiteram a posição de sujeito em que Dilma Rousseff não é radical, no sentido da palavra tal qual é empregada para definir as práticas e as ideias de determinado grupo dentro do Partido dos Trabalhadores. E, além disso, ao se discursivizar Dilma Rousseff em um lugar diferente dos radicais, há uma tensão quanto a estes lugares diferentes, na medida em que um terá que conter o outro. Porém, o questionamento apresentado deixa em aberto ou, mais do que isso, deixa em tom de dúvida esta capacidade da candidata à presidência, o que também poderemos verificar nos excertos (10) e (11). No entanto, é preciso nos atermos ainda a outros funcionamentos discursivos que são significativos para compreendermos como são constituídos e quais os elementos que reafirmam necessariamente o lugar do radical e o lugar ocupado por Dilma nestes excertos, como veremos logo abaixo.

No excerto (10) a formulação linguística “O programa de governo do PT traz de volta a ameaça de censura à imprensa” apresenta a principal preocupação de toda a matéria, que é um dos pontos presentes na proposta petista e atribuída à cúpula radical do partido, o lugar do radical pensado como o de algo/alguém que propõe a censura. E esse lugar é o que traz o medo, a “monstruosidade”, ou seja, o radical é, assim, o “monstro do autoritarismo” e traz um “fantasma” da censura junto. Ocupando um outro lugar no interdiscurso, aparece Dilma, a quem é questionada a capacidade de não permitir que tal monstro do autoritarismo promova a censura na imprensa. Mas, mesmo sendo questionada, Dilma é aquela que ocupa o lugar que poderá, ou não, “domar” esse “monstro do autoritarismo”. O sentido aqui empregado é o de que é preciso conter (domar) o radical como se faz com um animal, um bicho. Ora, o radical é o monstro que precisa ser domado.

No excerto (11), podemos observar na expressão “impedir que os radicais do PT transformem o Brasil em uma república socialista, de economia centralizada e planejada e sem garantias à liberdade de expressão” o efeito-sentido de que o radical é aquele com ideais

políticos socialistas. Não qualquer socialismo, mas aquele que centraliza a economia e limita a liberdade de expressão, classificado muitas vezes como “socialismo real²⁰”, que tem como base os diversos modelos de governos socialistas que já existiram na história e cuja principal característica é o autoritarismo.

No excerto (12), mais uma série de adjetivos acrescentam novos sentidos ao radical com o qual Dilma terá que se debater, caso chegue a vencer as eleições presidenciais. Radical aqui, além do sentido que já é retomado, é agora também definido como “monstro do atraso com suas múltiplas cabeças ágrafas, ignorantes, passadistas e liberticidas”. Assim, nesta materialidade, temos então uma atualização do sentido de radical em diversas expressões, tais como: “monstro do atraso”, em que a ideia de radical como sinônimo de monstro é reafirmada e que no jogo com atraso significa algo que não progride, e sim, regride; “com suas múltiplas cabeças” também faz funcionar o sentido de monstro, como apresentado na capa desta mesma edição da revista; esse monstro possui cabeças “ágrafas” e “ignorantes”, sem leitura, sem conhecimento; “passadistas”, que vangloriam o passado; e “liberticidas”, que suprimem a liberdade de outros. Todos esses sentidos, ligados ao termo “radical”, reafirmam o discurso no qual a chamada ala radical do PT é ruim, ignorante e vive do passado. E, além disso, há um funcionamento que, juntamente com o excerto (11), traz uma memória de que, com o socialismo, só teremos atraso. Assim, há também um embate entre lugares diferentes quanto ao sistema de governo, em que, discursivamente, coloca-se os radicais do PT e o atraso, no Socialismo, e os interesses da sociedade, e o avanço, no Capitalismo.

No excerto (13), identificamos novamente a posição de sujeito na qual Dilma Rousseff é não-radical e não comunga com ideais radicais, se observarmos o sentido do radical a que estamos aqui nos referindo. Além disso, identificamos também funcionando uma contraposição que se configura na dúvida em relação à “verdadeira” imagem de Dilma, por conta de uma memória discursiva que é retomada sobre sua condição de “ex-guerrilheira comunista”, ou seja, se ela é “radical”, se ela não é, ou se está construindo uma imagem para conquistar o objetivo de ser eleita como presidente do Brasil. Em outras palavras, Dilma Rousseff não comunga com as propostas classificadas como radicais que são defendidas pelos chamados radicais do PT, “apesar do passado de ex-guerrilheira comunista”. Esta formulação linguística traz o funcionamento de uma memória discursiva em torno da questão do militante

²⁰ Entendemos por socialismo real um sistema político/econômico surgido na antiga URSS e que passou a vigorar em diversos países a partir do final da primeira metade do século XX. Caracteriza-se pela planificação da economia, estratificação dos meios de produção, centralização do poder nas mãos de um partido de cunho socialista, dentre outras coisas.

socialista/comunista e membro de grupos de guerrilha. E, no confronto entre estes dois lugares discursivos, temos que Dilma, tomada como sujeito político, é apresentada a partir de duas posições discursivas distintas, e a dúvida é sobre qual lugar ela iria ocupar se assumisse o posto de presidente da República.²¹

Nesse espaço de necessidade equívoca (PÊCHEUX, 1983a), identificamos, mais uma vez na discursividade de *Veja*, formulações linguísticas que, através de uma memória discursiva, apresentam um sujeito que se desdobra em tomadas de posições e que legitimam o lugar da candidata do PT às eleições presidenciais, que buscará lutar contra ideias radicais de cunho socialista/comunista do seu próprio partido e o lugar da ex-guerrilheira comunista candidata do PT às eleições presidenciais. A Dilma não-radical enfrentará o “monstro do radicalismo”, aquele que causa medo; mas, por outro lado, se tem a Dilma ex-guerrilheira comunista, que causa desconfiança.

Assim, a partir das análises realizadas, identificamos uma regularidade na discursividade de *Veja* em torno de Dilma Rousseff, enquanto pré-candidata/candidata a presidente da República. Verificamos que, em um primeiro momento, a relação entre Dilma e Lula é tomada no interdiscurso como sendo uma relação muito forte e de cumplicidade; e, além disso, Lula e Dilma aparecem em um lugar discursivo diferente do lugar discursivo em que estão os chamados “radicais” do PT, mesmo todos fazendo parte do mesmo partido. Porém, há um jogo político em questão, pois, mesmo não aparecendo na mesma posição discursiva, Dilma não está em conflito com os “radicais”, na medida em que há um jogo para que ela possa ser eleita, ou seja, a candidata se posiciona de tal modo que suas palavras são diferentes em relação às dos “radicais”, mas não há um conflito entre estas posições de sujeito. Em um segundo momento, identificamos novamente discursivizado que Dilma não está no mesmo lugar discursivo em que se encontram os chamados “radicais petistas”. Além disso, identificamos ainda que há um conflito estabelecido entre as posições de sujeito ocupadas por Dilma e as posições de sujeitos ocupadas pelos “radicais” do Partido dos Trabalhadores, na medida em que aquela terá que ter cuidado com a ameaça e conter, ou domar, estes. Este-afastamento na relação entre Dilma e Lula e também a tensão entre Dilma e os “radicais” é um ponto muito importante que pode ajudar a entender como isso funciona em momentos posteriores.

Vejamos a seguir como esta relação é discursivizada em *Veja* após Dilma ser eleita presidente da República.

²¹ Sobre essa questão, ver Fonseca-Silva (2012; 2013).

2.3 Dilma presidente da República

A primeira edição da revista *Veja* que chegou às bancas apresentando Dilma Rousseff como presidente²² eleita foi uma edição especial publicada no mês de novembro de 2010. A capa apresenta uma imagem de Dilma Rousseff sorrindo e portando uma faixa verde e amarela com o brasão nacional, o que a caracteriza como Presidente da República. Na parte inferior esquerda, há uma formulação linguística a partir da transcrição de uma fala de Dilma: “**Meu compromisso com o país: valorizar a democracia em toda a sua dimensão**”, seguida logo abaixo pela formulação linguística: “Dilma Rousseff, depois de eleita primeira mulher presidente do Brasil”, como pode ser observado na figura 3, a seguir.

²² Optamos, nesse trabalho, pelo uso do título presidente, em detrimento do uso presidenta, ao nos referirmos ao título de Dilma Rousseff apenas por se tratar da forma variante adotada pela revista *Veja*.

Figura 3. *Veja*, Edição especial de novembro de 2010



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

As discursividades que aparecem nas formulações verbais e não verbais dessa capa indicam um posicionamento de que Dilma “está do lado da democracia”. Com base no que aponta Fonseca-Silva (2007a), no jogo estabelecido entre o outro e o mesmo, o discurso materializado nessa capa cria tensão com outro discurso, também materializado em textos veiculados na revista *Veja*, e que constitui uma posição de sujeito que indica um determinado grupo que não está do lado da democracia.

O confronto discursivo que se segue pode ser identificado a partir dos destaques que fizemos no interior da edição, e que funcionam como materialidade significativa, apresentados abaixo nos excertos (14) a (16).

- (14) Uma vitória de todos os brasileiros (*Veja* especial, novembro 2010, p. 8).

(15) A construção da candidata (*Veja* especial, novembro 2010, p. 24).

(16) **Acendeu a luz vermelha**

Em 2002, a eleição de Lula levou o PT ao governo. Agora, a vitória de Dilma levará o partido finalmente ao poder – essa é a expectativa alimentada pelas alas radicais do petismo (*Veja* especial, novembro 2010, p. 50, grifos nossos).

O enunciado apresentado no excerto (14) aparece na edição de *Veja* como título do texto editorial, que trata da vitória de Dilma nas eleições presidenciais de 2010. A materialidade discursiva deste enunciado indica que há uma relação de identificação dos brasileiros com Dilma. Isso, a princípio, nos permite compreender que, com a vitória de Dilma nas urnas, todos os brasileiros também saíram vitoriosos. Entretanto, na opacidade que abre caminho para o funcionamento de efeitos-sentido sobre essa discursividade, verificamos certo funcionamento em torno da expressão “todos os brasileiros”, como lugar de subjetivação. Se tomarmos o enunciado do excerto (14) em relação à discursividade apresentada na capa da edição, identificamos que esse “todos” representa àqueles brasileiros que “valorizam a democracia” e que, de um modo ou de outro, percebem em Dilma esse posicionamento sobre a democracia. Por outro lado, temos também que Dilma não ganhou a eleição com absoluta unanimidade de votos, mas em uma disputa no segundo turno, em que teve certa porcentagem a mais de votos sobre o outro candidato. Neste caso, “todos” representa aqueles que votaram em Dilma e junto com ela saíram vitoriosos. Mas, no jogo discursivo presentificado no enunciado, também é uma “vitória” para aqueles que não votaram em Dilma, pois, independente de haver votado ou não, a vitória acabou sendo de “todos”. Identificamos, ainda, que, ao usar da generalização “todos os brasileiros” no enunciado em questão, *Veja* também se subjetiva nesse lugar dos brasileiros que saíram vitoriosos.

Na discursividade do excerto (15), identificamos o funcionamento de uma memória discursiva na qual Dilma Rousseff é uma candidata fabricada por Lula para a sua sucessão a presidência do Brasil. Tendo em vista que, conforme Fonseca-Silva (2007a),

na análise da produção e repetição de certos efeitos-sentido fixados na memória discursiva, podemos identificar os sentidos do acontecimento discursivo presente (FONSECA-SILVA, 2007b, p. 24),

temos um sentido configurando no interdiscurso no qual Dilma, mesmo agora enquanto presidente eleita, ainda mantém uma ligação com Lula, marcada nesse lugar discursivo de que Lula a fez presidente.

No excerto (16), temos novamente uma discursivização sobre a relação entre Dilma Rousseff e “radicais” do PT. Levando em consideração à materialidade oblíqua desse enunciado, podemos observar que, a princípio, ele pode ter um sentido evidente, que existe uma relação de proximidade entre “radicais petistas” e Dilma, tendo em vista que, com a consolidação do PT no poder, há a perspectiva de as “alas radicais” efetivamente firmarem seus ideais no Governo. Entretanto, confrontando a materialidade discursiva desse enunciado no jogo discursivo que permite sua opacidade, identificamos uma relação de conflito entre PT e grupos especificados como “alas radicais do petismo” a partir do sentido de que mesmo com o PT no governo, ideais representados por grupos distintos dentro do partido não foram consolidados. Ou seja, há um PT no governo que ainda não deu lugar para outro PT – o dos “radicais” – aparecer.

A primeira edição da revista *Veja* que chegou às bancas após a posse de Dilma Rousseff como presidente do Brasil foi a de nº 2198, de 05 de janeiro de 2011 (figura 3). O semanário trazia na capa uma foto da cerimônia de posse da presidente Dilma e o seguinte título: “**A batalha dos cem dias – as oportunidades e os riscos na largada**”. No corpo da revista, a reportagem de capa com cerca de 40 páginas faz referência à posse de Dilma Rousseff, aos desafios que seu governo enfrentará nos setores político e econômico, à questão da mulher no poder, à personalidade de Dilma e às perspectivas dos brasileiros em relação à nova presidente.

Figura 4. *Veja*, Edição n. 2198, 05 de janeiro de 2011.



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

É importante ressaltar o julgamento da importância que é dada por diversos setores, como, por exemplo, o setor econômico e a mídia, às ações e desenvoltura de um novo governo em seus primeiros 100 dias²³. É como a avaliação de um período probatório, que, aparentemente, definirá os rumos do governo.

Passando às análises, verificamos alguns excertos da edição 2198, de *Veja*, nos quais pode ser identificado uma discursividade que indica otimismo em relação ao Governo Dilma Rousseff, que se inicia em 2011. Isto se deve, em parte, ao seu trabalho como ministra da Casa Civil, cargo que ela exerceu entre 2005 e 2009, e, ainda, por se tratar de ser a primeira vez que uma mulher assume a Presidência da República no Brasil. Assim, analisamos os excertos (17), (18), (19), (20) e (21) para verificar como funciona a construção da imagem de Dilma neste começo de governo:

²³ A ideia de se observar o comportamento do presidente durante os primeiros 100 dias tem como marco o ano de 1933, quando Franklin Delano Roosevelt assumiu a presidência dos Estados Unidos em meio ao período da grande depressão e tomou medidas drásticas e urgentes logo no início do seu mandato.

- (17) **O primeiro (e ótimo) dos 100 dias** (*Veja*: ed. 2198, 05/01/2011, p. 57).
- (18) [...] A presidente apresentou-se à nação não sob as tintas do messianismo, e sim com a postura de quem se sabe uma servidora pública encarregada de enormes responsabilidades (*Veja*: ed. 2198, 05/01/2011, p. 57).
- (19) [...] O estilo tolerância zero, evidentemente, será mais do que saudável para esferas como corrupção, compadrio, nepotismo, uso abusivo da máquina do estado, espionagem de adversários e correlatos. Nesses casos, roga-se que ela bata. Sem mertiolate depois (*Veja*: ed. 2198, 05/01/2011, p. 84).
- (20) Dilma assume um governo de coalizão, mas com interesses conflitantes entre os partidos que a integram. Caberá a ela – e somente ela – decidir o que será melhor para os brasileiros (*Veja*: ed. 2198, 05/01/2011, p. 68).
- (21) [...] O ex-presidente já emitiu sinais de que vai continuar a exercer o papel de conselheiro de sua ex-ministra [...] Lula quer, enfim, continuar pairando sobre o gabinete da sucessora. Dilma tem consciência dessa sombra – e da pressão que lhe pesará sobre os ombros. Mas, segundo auxiliares, ela não está intimidada. Pelo contrário, diz que conseguirá dar a seu mandato feições próprias (*Veja*: ed. 2198, 05/01/2011, p. 68).

No excerto (17), temos a formulação linguística, “**O primeiro (e ótimo) dos 100 dias**”, que dá título à matéria sobre a cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff. Como dissemos acima, tornou-se um lugar comum na mídia observar os primeiros 100 dias de um novo governo, tendo em vista que esse período apontará os rumos que o governo irá seguir no decorrer do mandato. Podemos dizer que esta formulação linguística materializa um discurso otimista de que Dilma começou de maneira muito positiva tal período, classificado aqui como “ótimo”. Salientamos que esta formulação funciona como uma resposta avaliativa ao discurso de posse que foi proferido pela presidente Dilma, no qual foram expostas sua postura, suas propostas e suas promessas em relação ao novo governo. Alguns trechos deste pronunciamento são citados no corpo da mesma matéria de *Veja* com o intuito de legitimar o porquê de o primeiro dia ser classificado de maneira tão positiva, ou seja, “ótimo”. No entanto, observando as relações interdiscursivas postas em jogo, temos que o que é compreendido como positivo ou ótimo neste enunciado apenas o é para quem está na mesma tomada de posição, que se configura como o lugar do não radical, ou seja, de quem está em conformidade com esse lugar discursivo, como por exemplo, poderíamos citar, o leitor *Veja*. Este lugar, portanto, pode ser ocupado por aqueles que não apoiam ideias categorizadas como “comunistas/socialistas” como, por exemplo, as possíveis ideias defendidas pelos chamados “radicais”, ou radicais petistas.

Posto isso, podemos verificar que o discurso identificado no excerto (17) também pode ser identificado, mas de modo modificado, no enunciado linguístico do excerto (18), onde se lê: “[...] A presidente apresentou-se à nação não sob as tintas do messianismo, e sim com a postura de quem se sabe uma servidora pública encarregada de enormes responsabilidades”. Nesta formulação, encontramos materializado que Dilma assume o Governo com a postura de quem tem conhecimento e faz jus ao cargo que agora ocupa. Além disso, a postura de quem tem a consciência de suas responsabilidades como servidora pública. Entretanto, também encontramos materializado no enunciado que Dilma não se apresentou à nação “sob as tintas do messianismo”, ou seja, como aquela que veio para salvar o povo, como a presidente que irá “dar um jeito” no Brasil, ou, em outras palavras, como uma mãe para os pobres, assim como ocorreu no início do governo de seu antecessor, Lula – ou como também ocorreu de forma semelhante e em outros governos de cunho populista. Tendo isso em vista, identificamos nesse enunciado um efeito-sentido no qual Dilma governará como uma servidora pública, como de fato se tem que governar, assumindo uma postura de responsabilidade e fazendo o que é “certo”. E esta postura é diferente da postura de quem governa com o intuito de se promover, ou promover seu governo, sob as bases de um governo messiânico e, portanto, que age de forma “irresponsável”. Deste modo, identificamos no excerto (18), novamente discursivizado um afastamento do sujeito político Dilma em relação ao governo que a antecedeu. Ou, em outras palavras, temos mais uma vez, funcionando na discursividade de *Veja*, Dilma e Lula ocupando lugares discursivos distintos. Desta vez, no que diz respeito ao modo de governar.

No excerto (19), temos inicialmente uma característica da presidente Dilma Rousseff que é discursivizado em *Veja* como mais um ponto positivo para o Governo que se inicia: “o estilo tolerância zero”. Na análise deste dado, observamos que Dilma será intolerante com casos envolvendo “corrupção, compadrio, nepotismo, uso abusivo da máquina do estado, espionagem de adversários e correlatos” e que se espera que ela seja intolerante com este tipo de atitude no governo. No gesto de leitura deste texto, temos funcionando outra vez uma assimilação entre Dilma Rousseff e um certo tipo de radicalismo, no caso, radical por ser intolerante. Desse modo, mesmo aparecendo este tipo de radicalismo, ele não está no mesmo lugar discursivo de radical do modo como vimos nas análises anteriores, ou seja, não se traz a palavra “radical”, mas o efeito-sentido vinculado à ideia representa um certo tipo de radicalismo, mas que não é o mesmo radicalismo do PT. Com isso, o radicalismo que pode ser assimilado a Dilma traz um funcionamento favorável à imagem da presidente, isto é, este radicalismo é bom, ao contrário do radicalismo do Partido dos Trabalhadores. Esta ideia é ampliada ainda com a sugestão de que, “nesses casos, roga-se que ela bata. Sem mertiolate depois”. Assim, identificamos neste

excerto o funcionamento de um efeito-sentido no qual Dilma já usou de um tipo de radicalismo em outro momento, quando assumiu uma postura intolerante perante algo que ia de encontro aos seus princípios – e responsabilidade – e, portanto, não comunga e nem irá tolerar determinados atos considerados ilícitos em seu governo.

Nos excertos (20) e (21) é posta em jogo uma nova questão, que se estabelece na relação entre a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula. Como sabemos, durante o período eleitoral do ano de 2010, passou a circular na mídia uma série de enunciados que estabelecia uma relação de apadrinhamento do então presidente Lula para com a então candidata Dilma. Ora, passou a se dizer, por exemplo, que Dilma era a candidata criada por Lula e que seu governo seria regido à sombra deste. Ou seja, Lula estaria, de uma forma ou de outra, sempre envolvido nas principais decisões que a presidente Dilma viria a tomar.

Assim, no que foi discursivizado na reportagem e considerando a materialidade significativa do excerto (20), podemos observar que há um jogo discursivo que se estabelece entre a presidente Dilma e as possíveis influências que ela venha a sofrer em seu governo. Essa influência, por um lado, pode surgir do meio dos conflitos de interesses internos no governo envolvendo os partidos que o integram. Por outro lado, Dilma assume um governo de coalisão em que, de certo modo, tem na figura de Lula o símbolo maior de “liderança”. E esta influência exercida por Lula, não só no PT, mas também na chamada base aliada, poderá se fazer presente nas decisões tomadas pela presidente em seu governo. No entanto, há também um efeito-sentido, no qual, julga-se que Dilma saiba lidar com essas questões, e que cabe “a ela – e somente ela – decidir o que será melhor para os brasileiros”. Nessa relação dada entre Dilma e as possíveis influências que seu governo venha a sofrer se estabelece o confronto discursivo, que prossegue através desse acontecimento, como aponta Pêcheux (1983a).

Como exemplo disso, identificamos, ainda na mesma matéria, a mesma temática do acontecimento acerca das influências que a presidente Dilma possa a vir sofrer em seu governo. Na opacidade do enunciado destacado no excerto (21), podemos verificar que, as formulações i) **“O ex-presidente já emitiu sinais de que vai continuar a exercer o papel de conselheiro de sua ex-ministra”** e ii) **“Lula quer, enfim, continuar pairando sobre o gabinete da sucessora”** apresentam um funcionamento discursivo de que o ex-presidente Lula pretende exercer sua influência no Governo Dilma. Há, nas formulações i e ii um efeito-sentido de que Dilma é, de fato, controlada ou manipulada pelo seu antecessor, o ex-presidente Lula. Esse efeito-sentido é possibilitado por uma memória discursiva sobre o período eleitoral de 2010, no qual funcionou o imaginário de que Dilma foi uma candidata construída por Lula e, portanto,

só alcançou a presidência pelo mérito deste. Aqui, podemos identificar, na discursividade de *Veja*, uma relação de proximidade entre o sujeito político Lula e o sujeito político Dilma.

Entretanto, identificamos também, neste mesmo excerto, um outro funcionamento discursivo materializado nas formulações iii) “**Dilma tem consciência dessa sombra**” e iv) “**Mas, segundo auxiliares, ela não está intimidada. Pelo contrário, diz que conseguirá dar a seu mandato feições próprias**” que presentificam um efeito-sentido de que Dilma sabe e não se permitirá sofrer influência dessa, assim chamada, “sombra” – diga-se, Lula – em seu governo. No jogo discursivo verificado a partir dessas outras duas formulações, temos em funcionamento o discurso de que Dilma busca um afastamento em relação a uma “sombra” que a “intimida”. Tal funcionamento está ligado à memória discursiva na qual Dilma deve a Lula a construção de seu lugar na Presidência da República. Aqui, por sua vez, no prolongamento do acontecimento (PÊCHEUX, 1983a), identificamos uma relação de afastamento entre o sujeito político Lula e o sujeito político Dilma, na discursividade de *Veja*.

Assim, podemos identificar discursivizado nestes dois últimos excertos, (20) e (21), novamente um funcionamento discursivo no qual o sujeito político Dilma Rousseff e o sujeito político Lula ocupam lugares discursivos distintos em relação ao modo de governar, apesar de haver uma memória discursiva que evoca uma ligação entre eles dois. Além disso, identificamos também uma posição de sujeito na qual Dilma buscará não governar sob a influência direta de Lula, ou, por consequência, do PT.

Outro ponto interessante que identificamos nas formulações expostas nos excertos (20) e (21) é que eles apresentam a presidente Dilma Rousseff em uma relação com o ex-presidente Lula, mas há, porém, um silenciamento no que se refere à relação de Dilma com o PT. Dito de outro modo, diferentemente do que encontramos nos excertos em que Dilma é pré-candidata/candidata à presidência da república, nos excertos (20) e (21), não há uma discursivização sobre a relação entre Dilma e o PT. Assim, nesse espaço discursivo, verificamos, por meio das análises, que esta relação aparece aqui de um modo indireto, levando em consideração que o Partido dos Trabalhadores é identificado na própria imagem do ex-presidente Lula e, por conta disso, ao discursivizar sobre esta relação, *Veja* não faz distinção entre o ex-presidente Lula e o PT, pois, ao se falar de Lula, fala-se conjuntamente do próprio partido. Podemos observar aqui que este funcionamento discursivo também coloca a presidente Dilma em um lugar discursivo diferente do lugar discursivo em que está o PT.

As análises das materialidades significantes extraídas da edição 2251, da revista *Veja*, de 11 de janeiro de 2012, estão diretamente ligadas ao que foi discursivizado na matéria “**A fase 2 da metamorfose**”. A reportagem destaca as mudanças de postura do governo Dilma em

relação à figura do ex-presidente Lula. Segundo a matéria, a referida “metamorfose” ocorre de maneira natural, na medida em que, como já observamos acima, durante a campanha eleitoral de 2010, passou a circular um discurso no qual Lula “criou” Dilma. E, somando-se a isso, Dilma sucedeu um presidente que alcançou altos índices de popularidade. Neste sentido, observamos os excertos a seguir:

A referida matéria tem como subtítulo o enunciado que destacamos no excerto (22):

- (22) **No segundo ano de seu mandato, Dilma Rousseff ainda paga o devido pedágio a seu inventor, Lula, mas está a caminho de fazer seu voo-solo na Presidência da República** (*Veja*: ed. 2251, 11/01/12, p. 50).

Inicialmente, verificamos na materialidade do excerto (22) a reafirmação de que Dilma, em certa medida, ainda tem um saldo devedor com Lula, mesmo já estando em seu segundo ano de mandato. A expressão “Dilma Rousseff ainda paga o **devido** pedágio a seu inventor – (grifo nosso)” está em uma relação direta com outros enunciados nos quais podemos identificar novamente o funcionamento de um discurso no qual Lula foi quem construiu a Candidata/Presidente Dilma Rousseff. E, levando isso em consideração, Dilma teria uma dívida com seu antecessor Lula, mas a estaria pagando cada vez menos e paulatinamente. Salientamos que esse mesmo discurso é reforçado nos excertos (23) e (24), os quais apontam a existência de uma espécie de transformação que envolve a presidente Dilma Rousseff em relação ao ex-presidente Lula no que diz respeito ao domínio das decisões tomadas na presidência.

- (23) **em 2011 o governo foi Lula-Dilma, em 2012 será Dilma-Lula e, a partir de 2013, será Dilma-Dilma** (*Veja*: ed. 2251, 11/01/12, p. 50).

Destacamos o fato de que podemos identificar novamente na materialidade discursivizada em *Veja* que há uma relação direta entre o sujeito político Lula e o sujeito político Dilma. Porém, tal relação vai se alterando com o passar do tempo, de modo que, o que era muito próxima, aos poucos vai sendo distanciada. Salientando aqui que não devemos confundir a relação pessoal dos dois – Dilma e Lula enquanto sujeitos pragmáticos – mas a relação tal qual é discursivizada na mídia, mais especificamente na revista *Veja*, acerca dos dois enquanto sujeitos políticos. Deste modo, então, temos que, no Governo Dilma: i) inicialmente, há uma relação “**Lula-Dilma**” (2011), portanto, durante o primeiro ano do mandato, no qual Lula, mesmo deixando a presidência da república, continua a exercer domínio nas decisões tomadas

pela presidência tendo total influência sobre a presidente Dilma; ii) Em “**Dilma-Lula**” (2012), temos um Governo Dilma no qual a influência do ex-presidente Lula já não é tão grande em relação às decisões exercidas pela presidente Dilma. No entanto, fica posto que tal influência ainda se faz presente; iii) Por fim, na relação “**Dilma-Dilma**” (2013), espera-se que a influência do ex-presidente Lula seja nula ou muito reduzida, tendo a presidente Dilma total domínio das decisões no governo. Deste modo, o efeito-sentido que identificamos aqui é o de que Dilma, enquanto presidente, está se desvinculando da forte influência exercida por Lula e da herança do que foi discursivizado em relação ao processo político que a pôs na presidência – o de que Dilma é uma construção de Lula. Ou, melhor dizendo, vemos discursivizado aqui novamente um afastamento entre o sujeito político Dilma e o sujeito político Lula no que diz respeito a posicionamentos políticos. Porém, isto se dá agora de forma menos opaca. Podemos observar mais exemplos que reforçam o discurso sobre este afastamento entre Dilma e Lula no excerto (24), abaixo:

- (24) [...] Uma invenção de seu antecessor, ela governou em seu primeiro ano sob os auspícios de Luiz Inácio Lula da Silva. Severa e incontrastável quando quer ser, Dilma já reverteu em 2011 algumas idiosincrasias de Lula. Na política externa, podou o antiamericanismo e o namoro com ditadores que a chancelaria petista levou a cabo por oito anos. Na relação com a oposição, estendeu a mão ao diálogo. Em seu governo a imprensa voltou a ser apenas o que realmente é, a mensageira dos fatos bons e ruins, e não a inimiga. Dilma demitiu ministros envolvidos em corrupção em um ritmo mais rápido do que o antecessor. Mas, a começar pela equipe de largada – quinze dos 37 ministros escalados por ela, incluídos os de pastas estratégicas como a Casa Civil e a Fazenda, foram indicados por Lula –, o primeiro ano de governo da presidente foi um evidente pedágio pago ao antecessor. Em seu primeiro ano no comando do Planalto, portanto, a presidente fez um governo Lula-Dilma; no segundo ano, que acaba de começar, o governo, tudo indica, será Dilma-Lula. Só a partir do terceiro ano o governo será Dilma-Dilma. Nada mais natural para alguém que sucedeu ao mais amado e um dos mais bem avaliados presidentes brasileiros de todos os tempos (*Veja*: ed. 2251, 11/01/12, p. 50).

Identificamos neste excerto (24) uma série de ações atribuídas à presidente Dilma e que acusam a existência de um discurso-outro²⁴, ou “discurso de um outro, colocado em cena pelo

²⁴ Conforme assinala Pêcheux (1983a): “a descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência” [...] Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico” (PÊCHEUX, 1983a, p. 54-55).

sujeito” (PÊCHEUX, 1983c, p. 313), que se reproduz por meio de outras formulações que são veiculadas e que reafirmam práticas que caracterizaram o Governo Lula.

Nesse sentido, verificamos que Dilma Rousseff:

- Na política externa, podou o antiamericanismo e o namoro com ditadores que a chancelaria petista levou a cabo por oito anos;
- Na relação com a oposição, estendeu a mão ao diálogo;
- Em seu governo a imprensa voltou a ser apenas o que é, a mensageira dos fatos bons e ruins, e não a inimiga;
- Dilma demitiu ministros envolvidos em corrupção em um ritmo mais rápido do que o antecessor.

Como pode ser observado na rede de formulações que destacamos acima, o sujeito político Dilma Rousseff é marcado discursivamente por uma série de práticas que o distingue de seu antecessor. Na discursividade destas formulações, encontramos efeitos-sentidos nos quais: a) Dilma entende que é preciso manter boas relações com os americanos, ao mesmo tempo em que é preciso manter também boas relações, porém, com certo receio, com governos cujos líderes possuem práticas ditatoriais. Assim, aqui temos o funcionamento de um não-dito que o Governo Lula mantinha uma postura “antiamericanista” e mantinha relações estreitas com governos ditatoriais; b) Dilma dialoga com a oposição, e isso faz um contraponto neste jogo discursivo com “Lula não dialogava com a oposição; c) Dilma dá à imprensa a devida liberdade, em contraposição à não liberdade de imprensa (pelo menos como uma tentativa) no Governo Lula; e d) Dilma é mais intolerante em questões de corrupção em seu governo e o contraponto Lula tolerava corruptos no governo.²⁵

Ainda no que se refere à relação Lula-Dilma que está presente no primeiro ano de mandato do Governo Dilma, como discursivizado em *Veja*, podemos destacar também no excerto (24) o que é materializado na formulação linguística “Mas, a começar pela equipe de largada – quinze dos 37 ministros escalados por ela, incluídos os de pastas estratégicas como a Casa Civil e a Fazenda, foram indicados por Lula –, o primeiro ano de governo da presidente foi um evidente pedágio pago ao antecessor” (grifos nossos). Neste recorte, identificamos novamente a relação discursiva Lula-Dilma, em que a presidente Dilma tinha por traz de suas

²⁵ A corrupção está presente em todos os governos como mostra Fonseca-Silva (2009). Sobre dois casos que tiveram grande repercussão midiática, ver Viggiano (2012), Oliveira (2013) e Machado (2013), resultados de pesquisa desenvolvidas no Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso (LAPADis), da Universidade Estadual da Bahia. Outras pesquisas encontram-se em andamento.

decisões no governo a influência constante do ex-presidente Lula. A dimensão dessa influência foi tamanha que, em certa medida, interferiu na escolha de grande parte dos ministros que comporiam o Governo Dilma, ou, dito de um modo mais direto, tal qual discursivizado no excerto (24), Dilma cedeu à interferência de Lula em seu Governo devido à dívida que tem com o ex-presidente Lula por tê-la posto na posição de Presidente da República. No entanto, além desta questão, podemos identificar neste exemplo o funcionamento de um efeito-sentido em que casos de corrupção durante o Governo Dilma, na verdade, estão diretamente ligados ao Governo Lula, ou melhor, estão ligados ao ex-presidente Lula. Mas este é o tema que será discutido no próximo capítulo.

2.4 Considerações finais

Em síntese, os resultados das análises apresentadas nesse capítulo apontam uma série de regularidades na discursividade de *Veja* em torno de Dilma Rousseff em relação à Lula e aos chamados radicais do PT.

Na discursividade sobre Dilma na condição de pré-candidata/candidata à presidência da República, identificamos, inicialmente, uma relação forte e de cumplicidade com Lula e que, ambos, aparecem em um lugar discursivo diferente do lugar discursivo em que estão os assim chamados “radicais do PT”. Porém, no jogo político que se estabelece neste momento, não há um conflito aberto entre estes dois lugares discursivos. Em um outro momento, identificamos novamente lugares discursivos distintos entre Dilma e radicais do PT, mas também um início de distanciamento entre os lugares discursivos ocupados por Dilma e por Lula.

Na discursividade sobre Dilma Rousseff enquanto presidente do Brasil, identificamos novamente um funcionamento discursivo em que Dilma está em um lugar discursivo que é marcado pela oposição frente aos chamados “radicais do PT” ou às ideias de cunho radical. Além disso, a relação entre Dilma e Lula, que inicialmente era estreita, passa então a ser marcada por uma relação de desvencilhamento, na medida em que Dilma busca diminuir a influência que sofre do ex-presidente Lula em seu governo, sendo que, na memória que é posta em funcionamento, parte desta dívida está ligada a uma “dívida eleitoral” que Dilma teria com Lula. Podemos identificar, ainda, que Dilma e Lula ocupam posicionamentos discursivos distintos em relação ao modo de governar e principalmente em relação ao modo de lidar com o PT e com os partidos que compõem a chamada base aliada do governo. Nessa perspectiva, no efeito-sentido que vemos em funcionamento aqui, se por um lado Dilma é identificada a todo

momento numa zona de conflito com o PT, por outro lado, Lula quase que se confunde com o próprio partido.

3 DILMA: CORRUPÇÃO E O PT

3.1 Considerações iniciais

Neste terceiro capítulo, discutimos a relação que se estabelece discursivamente entre Dilma Rousseff, enquanto presidente²⁶ da república, e corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Dilma. Mostramos como se dá o processo de constituição e discursivização da imagem do sujeito político Dilma Rousseff que faz com que ela seja distinta do(s) lugar(es) discursivo(s) que legitima(m) a corrupção ligada ao PT no Governo Dilma. Paralelamente a essa questão, analisamos, ainda, como se dá o funcionamento discursivo da relação entre o sujeito político Dilma e o sujeito político Lula e como esta relação está atravessada pelo discurso sobre a corrupção no PT.

Para buscar responder a essas questões, reunimos uma série de excertos que materializam o tema proposto, levando em consideração que, para a AD, todo e qualquer enunciado está sujeito a interpretação (PÊCHEUX, 1983a) e que qualquer tipo de conjunto de enunciados pode servir de *corpus* para a AD (FONSECA-SILVA, 2001). Assim, os excertos foram extraídos de materialidade presente em edições da revista *Veja* referentes ao período que compõe os três primeiros anos do Governo Dilma, ou seja, entre os anos 2011 e 2013²⁷.

Salientamos que, assim como procedemos no capítulo 2, optamos, também neste capítulo, por apresentar os dados para análises a partir de uma ordem cronológica dos acontecimentos, levando em consideração capa da edição (quando pertinente), matérias e reportagens dedicadas ao tema (assim como matérias e reportagens não dedicadas ao tema, mas que, de algum modo, apresentam materialidade significante para as análises), editoriais e também outros tipos de seções em que o tema Dilma e corrupção no Governo PT estejam presentes.

Considerando, pois, a realização das análises, mobilizamos neste capítulo novamente conceitos e pressupostos do quadro teórico da disciplina Análise de Discurso, principalmente os postulados defendidos por Pêcheux (1983a) acerca da relação estrutura e acontecimento, cujo pressuposto é o de que um acontecimento discursivo se dá no encontro de uma atualidade e de uma memória (PÊCHEUX, 1983a) e que todo gesto de leitura/interpretação está sujeita à

²⁶ Ver nota 21.

²⁷ Período em que, naturalmente, fechamos o presente trabalho.

equivocidade da língua (PÊCHEUX, 1983a). Salientamos que a memória de que trata Pêcheux, é a memória discursiva, que, nas palavras do autor,

seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1983b, p. 52).

A partir dessa perspectiva, tentamos mostrar como se dá o funcionamento discursivo em uma determinada materialidade, tomando como base em um conjunto de *formulações-reformulações* reunidas em excertos, nos quais verificamos o que é repetido e atualizado acerca do sujeito político Dilma em relação ao sujeito político Lula e a corrupção no Governo do PT, durante o período da gestão da presidente Dilma Rousseff.

3.2 Discursividade em torno da relação entre a presidente Dilma Rousseff e a corrupção envolvendo o PT

A primeira materialidade significativa que selecionamos para análise neste capítulo foi veiculada na edição nº 2230 da revista *Veja* de 17 de agosto de 2011. O editorial “Carta ao leitor”, desta edição, que leva o título “**Toda a força à presidente**”, foi escolhido por apresentar uma discursivização acerca das denúncias enfrentadas pelo Governo Dilma Rousseff sobre diversos esquemas de corrupção nos ministérios²⁸. Sobre isso, a matéria faz uma referência ao

²⁸ Durante seu primeiro ano, o Governo Dilma Rousseff enfrentou uma série de casos de denúncias e suspeitas envolvendo oito ministros, dos quais, sete foram destituídos de seus cargos. Os casos tiveram repercussão na *mídia* e ficaram conhecidos como “faxina ética”. O primeiro caso de denúncia ocorreu antes mesmo da posse dos ministros, em 22 de dezembro de 2010, quando o jornal *O Estado de São Paulo* veiculou uma reportagem na qual Pedro Novais (PMDB), indicado ao Ministério do Turismo, foi acusado de usar dinheiro público para pagar despesas de um motel em São Luís, Maranhão, no valor de R\$ 2.156,00. Apesar da acusação, ele tomou posse do cargo em 1º de janeiro de 2011 e devolveu o dinheiro aos cofres públicos alguns dias depois. No dia 15 de maio de 2011, o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma matéria na qual afirma que Antônio Palocci (PT), ministro da Casa Civil, multiplicou seu patrimônio por 20 (de 375 mil para 7,5 milhões de reais), entre 2006 e 2010, quando ele foi Deputado Federal e mantinha, paralelamente, uma consultoria privada. Palocci buscou explicar as acusações em relação ao faturamento de suas empresas e disse ter declarado os bens à Receita federal. No entanto, houve repercussão do caso na *mídia* e o então ministro foi pressionado pela oposição a dar explicações. O STF e a Procuradoria da República foram acionados. Sob suspeitas de enriquecimento ilícito e tráfico de influência, Palocci pediu demissão do cargo de ministro no dia 7 de junho. No dia 6 julho de 2011, o ministro dos transportes Alfredo Nascimento (PR) pediu demissão após ter seu nome envolvido em um escândalo sobre um esquema de corrupção montado no Ministério dos Transportes sob o comando do PR (Partido da República). As denúncias partiram de uma reportagem veiculada pela revista *Veja*, que trouxe informações de que o PR, coordenado por Valdemar Costa Neto, juntamente com parte da cúpula do partido no ministério, cobrava propinas de empreiteiras interessadas em contrato com o governo. No centro do esquema, estavam o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Valec, estatal das ferrovias. Cerca de 682 milhões de reais foram desviados, conforme a

fato de que muitos dos ministros que saíram do posto de seus respectivos mandatos, em 2011, – no “caso” que ficou conhecido na *mídia* brasileira pelo termo “faxina ética” – foram nomeados por indicação do ex-presidente Lula. E, de modo particular, dá enfoque à reportagem de capa da mesma edição, que trata do escândalo que envolveu o então ministro Wagner Rossi, da pasta da Agricultura.

Assim, segue abaixo, no excerto (25), o recorte que fizemos da formulação linguística da matéria referida acima:

- (25) Desde junho, a presidente Dilma Rousseff vem enfrentando com determinação a série de denúncias sobre esquemas de corrupção no ministério que se viu obrigada a montar sob os auspícios de seu antecessor e aliados políticos [...] Evidentemente, acusações não são provas, mas, como o ministro é do PMDB, a presidente Dilma sofre chantagem explícita da chamada base aliada para que evite tomar

auditoria da CGU, sendo que a maior parte era destinada aos cofres do PR. No dia 17 de agosto de 2011, foi a vez do então ministro da Agricultura Wagner Rossi (PMDB) pedir demissão do cargo após seu envolvimento em uma série de acusações, dentre elas, pagamento de propinas, influência de lobistas e aparelhamento político em sua gestão no ministério. Em entrevista à revista *Veja*, o ex-diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) Oscar Jucá Neto, irmão do senador Romero Jucá (PMDB), afirmou que havia esquemas de fraude no Conab e que Wagner Rossi estaria envolvido. Em outra reportagem da revista *Veja*, destacou-se a atuação do lobista Júlio Fróes no ministério. A Polícia Federal investigou o caso e apontou a existência de uma organização criminosa no Ministério da Agricultura e nove pessoas foram indiciadas, dentre elas Wagner Rossi, o então secretário-executivo da pasta, Milton Ortolan, e o lobista Júlio Fróes. No decorrer de 2011, o ministro Pedro Novais (PMDB) volta a ser denunciado pela imprensa por irregularidades no período em que foi deputado federal pelo Maranhão. Em agosto, a Polícia Federal desmontou um esquema de desvio de verbas do Ministério do Turismo e prendeu 36 pessoas ligadas direta ou indiretamente ao Ministério, acusadas de terem desviado 4,4 milhões de reais entre o ministério e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrasi). Entre elas estavam o secretário-executivo Frederico Silva da Costa, o ex-presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) Mário Moysés, o secretário nacional de Desenvolvimento de Programas de Turismo, Colbert Martins da Silva Filho (PPS), e diretores e funcionários da Ibrasi, além de alguns empresários. A situação de Pedro Novais piorou quando, pouco depois, o jornal *Folha de São Paulo* divulgou que o ex-ministro usara dinheiro público para pagar o salário de uma governanta e que sua esposa se serve irregularmente de um funcionário da câmara dos deputados como motorista particular. Pedro Novais foi demitido do ministério pela presidenta em 14 de setembro do mesmo ano. Após uma série de acusações de corrupção divulgadas na *mídia*, o então ministro do Esporte Orlando Silva Jr. (PCdoB) deixou o governo no dia 26 de outubro de 2011. Dentre as acusações, o seu envolvimento em um esquema organizado pelo PCdoB no Ministério do Esporte para desviar dinheiro público da ONG Segundo Tempo, programa do governo federal destinado a promover o esporte em comunidades carentes. Orlando Silva negou seu envolvimento. Porém, foi demitido um dia depois do inquérito autorizado pelo STF para investigá-lo, a pedido da Procuradoria Geral da República. Em novembro de 2011, uma série de escândalos levou à queda de mais um ministro do Governo Dilma. Desta vez, o então ministro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT). Após denúncias na *mídia* de que verbas estariam sendo desviadas de ONGs que possuem convênio com o Ministério do Trabalho, novas denúncias apontavam o uso de um avião alugado em 2009, para fins particulares, por Adair Meira, presidente de uma das ONGs acusadas de usar dinheiro desviado de convênios com o ministério. Lupi negou as acusações e deu várias declarações polêmicas sobre o caso. Entretanto, várias provas apontaram seu envolvimento e ele saiu no dia 4 de dezembro do mesmo ano. Ainda em dezembro de 2011, algumas denúncias na imprensa apontaram suspeitas de irregularidades sobre a conduta de Fernando Pimentel, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. No entanto, nada foi provado e o ministro continuou no cargo. Por fim, em fevereiro de 2012, o ministro das Cidades Mário Negromonte (PP) pede demissão após ser acusado de cometer irregularidades em seu ministério. As acusações tiveram início em agosto de 2011, quando a revista *Veja* veiculou uma reportagem em que ele era acusado de oferecer R\$ 30.000 a deputados de seu partido em troca de apoio. Nos meses que se seguiram, uma sucessão de denúncias envolvendo seu nome foram destaque na imprensa.

providências compatíveis com as graves denúncias contra Rossi. Ameaçam retirar-lhe o apoio no Congresso, entre outras demonstrações de espírito cívico. Assim como todos os outros brasileiros honestos, pagadores de impostos, Veja está ao lado da presidente. Sua popularidade subiu graças à faxina que ela vem conduzindo, a despeito dos obstáculos. Cansamos todos de ver o dinheiro público escoar para as contas bancárias pelo loteamento político na Esplanada dos Ministérios, praga da qual decorrem todos os malfeitos verificados até o momento na esfera federal. Esses milhões de cidadãos têm na presidente uma referência de força e coragem. Que Dilma Rousseff continue a fazer sua faxina e que seu exemplo se espalhe por todos os níveis da administração pública (Veja: ed. 2230, 17/08/11, p. 12, grifos nossos).

Podemos identificar neste excerto vários enunciados, no sentido pecheutiano, que apresentam um funcionamento discursivo em torno da relação entre a presidente Dilma Rousseff e a série de denúncias de corrupção direcionadas a alguns dos ministérios do Governo Dilma durante o primeiro ano de seu mandato (2011). Tomados pelo caráter histórico dos sentidos, estes enunciados produzem sentidos em relação a outros sentidos, o que significa que nas formulações apresentadas no excerto (25) há um encontro de uma atualidade e de uma memória, no sentido de Pêcheux (1983a).

Adotamos, como critério metodológico, destacar alguns trechos deste excerto, cuja materialidade significativa nos permitiu identificar o funcionamento de determinados efeitos-sentido, os quais legitimam o lugar do sujeito político Dilma Rousseff em relação ao PT e ao ex-presidente Lula, assim como também ao lugar da corrupção no PT.

Assim, destacamos, inicialmente, o enunciado:

“[...] se viu obrigada a montar sob os auspícios de seu antecessor e aliados políticos.”

Do ponto de vista sintático, temos como sujeito “agente” dessa frase, recuperado do corpo do texto, a presidente Dilma Rousseff. E, como complemento do que foi montado por Dilma, temos o “ministério”, ou melhor, o grupo de pessoas que iriam assumir os ministérios em seu governo. Ao fazermos uma leitura inicial do enunciado, ele nos apresenta que Dilma Rousseff enfrenta uma primeira crise em seu governo devido a uma série de denúncias de casos de corrupção nos ministérios, e que, por sua vez, boa parte destes ministérios foi assumida por pessoas protegidas e nomeadas a partir de pedidos do ex-presidente Lula ou da base aliada do governo. Entretanto, ao tomarmos a equivocidade que compõe a materialidade discursiva desse

enunciado, verificamos efeitos-sentidos que se configuram no jogo discursivo que envolve os sujeitos políticos dessa discursividade, como podemos verificar.

Considerando a expressão “se viu obrigada”, como o ato da falta de opção em que se encontra Dilma, temos em funcionamento o sentido no qual não havia alternativa em relação à escolha e indicação dos ministros apontados por Lula ou pelos aliados políticos. Ao tomarmos a expressão juntamente com todo o enunciado destacado, identificamos uma retomada e uma atualidade que caracterizam a memória discursiva (PÊCHEUX, 1983b), na qual o sujeito político Dilma Rousseff foi construído e eleito presidente devido à intervenção do sujeito político Lula, e que, no processo eleitoral, algumas alianças de campanha foram determinantes para a vitória da candidata. Tendo isso em vista, Dilma precisa “prestar contas”, acatando decisões tomadas por Lula e concedendo cargos de confiança a aliados políticos.

Outro fator importante gira em torno da discursivização de que os ministros envolvidos em casos de corrupção foram indicados por Lula e pelos aliados políticos, ou seja, constitui uma herança do Governo Lula, ou, ainda, herança de manobras políticas para fortalecer alianças no governo, em certa medida, também articuladas por Lula.

Na materialidade discursiva desse enunciado, encontramos em funcionamento um efeito-sentido de que a corrupção nos ministérios está ligada ao governo anterior, ou seja, ao Governo Lula, ou está ligada a aliados políticos que também são parte de manobras políticas, feitas por Lula, durante a campanha presidencial em que Dilma foi eleita. E é por esse último motivo que Dilma é “obrigada” a ceder cargos políticos nos ministérios aliados.

O segundo destaque que fizemos do excerto acima é de enunciados que, novamente, trazem uma discursividade acerca do conflito em que se encontra Dilma: tendo, de um lado, que lidar com a pressão dos escândalos nos ministérios e, de outro lado, com a pressão da base aliada. Assim, temos:

“Dilma Rousseff vem enfrentando com determinação.”

“Dilma sofre chantagem explícita da chamada base aliada.”

No jogo discursivo presentificado nesses enunciados, verificamos que, apesar de sofrer chantagem do grupo que compõe a chamada “base aliada” do governo, e isto devido à dívida eleitoral que firmou com ela (a base) por meio de Lula, Dilma tem não só “enfrentado”, mas com “determinação” os casos de corrupção nos ministérios, sem hesitar em punir os envolvidos, mesmo correndo o risco de comprometer seu apoio no governo. Além disso, salientamos que se trata do ano de 2011, que faz funcionar uma memória de que o ex-presidente Lula possui

uma fortíssima influência no Governo Dilma, como vimos nos excertos analisados no capítulo anterior. O efeito-sentido identificado nesses enunciados é o de que a presidente Dilma não comunga da corrupção e, mesmo contrariando seu antecessor e, ainda, enfrentando chantagem dos partidos que compõem a base aliada de seu governo, sob o risco de comprometer as relações, a presidente Dilma enfrenta e pune os acusados ou envolvidos em casos de corrupção.

Dando seguimento às análises no espaço de necessidades equívocas (PÊCHEUX, 1983a) do texto estudado, apresentamos um outro grupo de enunciados que destacamos do excerto (25):

“Esses milhões de cidadãos têm na presidente uma referência de força e coragem.”

“Que Dilma Rousseff continue a fazer sua faxina e que seu exemplo se espalhe por todos os níveis da administração pública.”

“Sua popularidade subiu graças à faxina que ela vem conduzindo, a despeito dos obstáculos.”

Os dois enunciados linguísticos acima apresentam um funcionamento que caracteriza o sujeito político Dilma Rousseff, na medida em que atualiza efeitos-sentido de que: Dilma é honesta, Dilma é referência de força e coragem, Dilma é exemplo para a administração pública. Somado a isso, os enunciados põem em funcionamento ainda o discurso de que Dilma enfrenta os casos de corrupção, mesmo indo de encontro a obstáculos impostos em seu próprio Governo.

Levando em consideração o caráter histórico dos sentidos, concordamos com Fonseca-Silva (2007c) que, com base em Pêcheux, afirma que estes enunciados

só produzem sentidos em relação a outros sentidos, o que significa que neles há uma retomada ou repetição e uma novidade ou uma atualidade que caracterizam a memória discursiva (FONSECA-SILVA, 2007c, p. 101-102).

Assim, os efeitos-sentido verificados nestes enunciados linguísticos indicam que, nessa memória discursiva, Dilma é um sujeito político “bom”, confiável, estando assim em relação de contraste com o discurso no qual político é “desonesto”, “compactua com a corrupção”, “rouba”, e não é exemplo para a administração pública.

Podemos observar, no interior dos recortes analisados, que esse efeito-sentido do “bom político”, que é marcado nas práticas discursivas do sujeito político Dilma Rousseff, faz

trabalhar o acontecimento de forma discursivamente positiva em relação ao Governo Dilma, sobretudo quanto ao seu posicionamento frente aos corruptos e à corrupção.

A este grupo de enunciados, que destacamos do excerto (25), podemos incluir também o seguinte enunciado:

“Assim como todos os outros brasileiros honestos, pagadores de impostos, *Veja* está ao lado da presidente.”

O primeiro ponto que nos chama a atenção aqui é o modo como é trabalhada a referência a quem está “ao lado da presidente” Dilma, e que, por uma tomada de posição, a própria revista *Veja* se inclui. Na materialidade discursiva deste enunciado, todo “brasileiro honesto” e “pagador de imposto” apoia a presidente, ou melhor, esse lugar discursivo no qual ela é identificada. Essa materialidade traz um sentido aparentemente simples, em que parece “óbvio” que, quem é honesto e paga suas contas, está do lado de quem é honesto e não permite a corrupção. Entretanto, verificando nessa materialidade significativa a equivocidade da língua, temos aqui sentidos configurando o acontecimento discursivo e pondo em funcionamento efeitos-sentido.

O sentido que a princípio se mostra no enunciado como algo aparentemente estável é a relação de causa e consequência entre as expressões “brasileiros honestos” e “pagadores de impostos”. Entretanto, podemos verificar em sua opacidade um funcionamento discursivo no qual a expressão “brasileiros honestos” cria uma relação de implicatura com a expressão “pagadores de impostos”, o que Pêcheux (1975) chama de efeito de sustentação. Nessa relação, segundo o autor,

a proposição explicativa [...] intervém como suporte do pensamento contido em uma outra proposição, e isso por meio de uma relação de *implicação* entre duas propriedades, □ e □, relação essa que enunciamos sob a forma “o que é □ é □”. Daremos a essa relação o nome *efeito de sustentação*, destacando que é ela que realiza a *articulação* entre as propriedades constituintes. O fato de que a supressão da explicativa não destrói em nada o sentido da proposição de base [...] marca claramente seu caráter *incidente*: pode-se dizer que ela constitui a *evocação lateral* daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base (PÊCHEUX, 1975, p. 101).

Ainda segundo o autor, essa “evocação” pode ser de natureza ambígua e fazer com que ela seja simulada, introduzindo um novo “pensamento”. Entretanto, o efeito de sustentação se distingue do funcionamento do “pré-construído”, que é um efeito que funciona a partir de uma

exterioridade e é da ordem da pré-existência, um “sempre-já-aí” da interpelação ideológica (cf. PÊCHEUX, 1975, p. 101-102).

Nesse sentido, a relação entre as duas expressões, tais como são apresentadas discursivamente no enunciado, trazem um efeito-sentido no qual a função de pagar impostos faz do brasileiro alguém “honesto”, aquele que cumpre seu dever. Além disso, “pagar impostos” tem como efeito-sentido conferir uma sustentação a uma imagem que se coloca também o enunciador *Veja*.

Assim, postulamos que enunciados como os acima citados – recortados do excerto (25) – legitimam um discurso no qual o sujeito político Dilma não compactua com a corrupção no interior de seu governo e ainda se põe em relação de conflito com aliados políticos diretamente ligados ao ex-presidente Lula ou mesmo com o próprio Lula para “enfrentar” a corrupção no Governo Dilma. Além disso, identificamos também, na discursividade de *Veja*, um discurso de que casos de corrupção descobertos durante o Governo Dilma são ligados à chamada “herança de Lula”, ou seja, são casos que têm uma relação direta com o Governo Lula. Deste modo, podemos verificar que o confronto discursivo que se estabelece na relação Dilma, Lula e corrupção no Governo PT continua.

A edição nº 2232, da revista *Veja*, veiculada em 31 de agosto de 2011, traz uma matéria intitulada “**cada um com sua guerra**”, a qual apresenta a seguinte materialidade significativa que destacamos como excertos (26) e (27):

- (26) Presidentes da República decidem em quais batalhas entrarão. Dilma Rousseff tem feito as escolhas certas no Planalto (*Veja*: ed. 2232, 31/08/11, p. 59).
- (27) [...] A presidente Dilma trava a sua própria guerra: a operação de faxina que ela desencadeou em Brasília contra os corruptos que infestam a máquina pública. Eles resistirão como soldados na trincheira. Dilma precisará de todo apoio. Sigam-na os que forem brasileiros (*Veja*: ed. 2232, 31/08/11, p. 59).

Considerando a materialidade significativa presente no excerto (26), podemos identificar inicialmente um discurso no qual Dilma está em uma “batalha” interna – que a princípio podemos entender como simbólica – que envolve o “Planalto”, ou seja, o seu governo. E na relação interdiscursiva que atravessa esse discurso, podemos dizer que se trata de uma batalha em relação à corrupção.

Ao tomarmos o primeiro enunciado deste excerto, “Presidentes da República decidem em quais batalhas entrarão”, verificamos no verbo “decidir” um efeito no qual há uma tomada de atitude, em que o agente não está cedendo à influência de um outro, mas à própria vontade, diferentemente do que ocorreria, por exemplo, em uma possível série de realizações como “foi induzido a entrar na batalha”, “foi forçado a entrar na batalha”, ou “foi obrigado...”, etc. Temos, assim, um efeito em funcionamento que é distinto, por exemplo, do que encontramos no excerto (25), em que, no verbo “obrigada”, há o efeito de débito a ser pago. Um outro funcionamento, que podemos verificar nesse enunciado, é a existência de uma tensão – no interior do Governo – que é materializada pelo termo “batalha”.

No enunciado “Dilma Rousseff tem feito as escolhas certas no Planalto”, verificamos que no seu entrecruzamento com os sentidos do enunciado anterior, a “escolha” feita por Dilma não só está relacionada ao tipo de “batalha” que ela decidiu entrar, mas também ao lado a que ela “escolheu” ficar, nessa batalha. Verificamos que, na discursividade de *Veja*, Dilma “acerta” nas escolhas que tem feito, e, nessa discursividade, identificamos o efeito-sentido no qual a presidente Dilma tem se posicionado contra a corrupção/corruptos no governo.

No excerto (27), verificamos a reafirmação do lugar ocupado por Dilma frente aos “corruptos” em seu governo. O termo “batalha”, utilizado na formulação anterior, agora dá lugar ao termo “guerra”. A guerra que a presidente Dilma “trava” com os corruptos. Sobre este conflito entre Dilma e corruptos em seu governo, podemos dizer que teve um momento crucial e que foi muito importante para legitimar o discurso de que a presidente Dilma não comunga com corrupção: trata-se dos eventos que tiveram um funcionamento ligado à expressão “faxina ética²⁹”.

Essa expressão funciona como materialidade simbólica de significação e nela podemos identificar uma retomada e uma atualidade sobre os efeitos de uma presidente mulher e o combate à corrupção em seu governo. Ao tomarmos o caráter histórico dos sentidos, o termo “faxina” produz um sentido a partir da memória de que “mulher” faz “faxina”, limpa a sujeira, e, na atualidade dessa memória, Dilma, enquanto presidente, “faxina” a corrupção de seu governo. Assim, identificamos um efeito-sentido que está em meio ao entrecruzamento com o funcionamento de outras expressões que marcam o lugar de Dilma como aquela que está em conflito com a corrupção/corruptos no governo.

Na discursividade sobre o posicionamento que Dilma assume diante da crise de corrupção que ocorre em seu governo, temos, assim, a reafirmação do lugar discursivo segundo

²⁹ Ver nota 29.

o qual Dilma não está do mesmo lado de corruptos. Mas, por outro lado, identificamos materializado no enunciado “Eles resistirão como soldados na trincheira”, que há uma reação por parte dos “corruptos” em relação a essa “guerra” travada por Dilma. Nesse enunciado, podemos identificar um efeito da memória sobre o acontecimento que indica o funcionamento de um conflito real – evocado pelo jogo metafórico que envolve uma guerra com trincheiras – entre as partes, a saber: Dilma, de um lado; corruptos, de outro lado.

À essa questão, junta-se o fato de que Dilma não poderá enfrentar a corrupção sozinha. E, considerando esse apelo, podemos identificar também na discursivização do enunciado que “Dilma precisará de todo apoio” e “Sigam-na os que forem brasileiros”. Ao analisarmos essa última formulação, podemos levantar uma questão do tipo “o que é ser brasileiro?” ou, qual o sentido de “ser brasileiro” nesse enunciado? No jogo discursivo presentificado nessa expressão, podemos identificar o pré-construído de que “ser brasileiro” implica estar contra a corrupção, estar do lado do que é “certo”, repetindo e reformulando o sentido do “brasileiro honesto”, “pagador de impostos”, como visto no excerto (25). Encontramos em funcionamento, assim, um efeito-sentido no qual ser brasileiro é estar do lado da presidente Dilma, é não tolerar corrupção; e quem, por sua vez, não estiver do lado da presidente, não é “de fato” brasileiro, no sentido tal como é aqui discursivizado.

Nesse sentido, concordamos com Fonseca-Silva (2007b) que “na análise da produção e repetição de certos efeitos-sentidos fixados na memória discursiva, podemos identificar os sentidos do acontecimento discursivo presente” (Fonseca-Silva, 2007b, p. 24). Assim, a partir das análises dos excertos (26) e (27), identificamos o funcionamento de um efeito-sentido sobre a relação Dilma e corrupção no Governo PT no qual o sujeito político Dilma está em “guerra” com corruptos em seu governo, e ocupa, portanto, discursivamente uma posição distinta da dos “corruptos”. Identificamos, também, um efeito-sentido no qual os brasileiros estão do lado de Dilma nesta “guerra” contra a corrupção, tendo em vista que esse lugar discursivo do “brasileiro” materializa a posição “contra a corrupção”. Dito isso, podemos afirmar, a partir deste gesto de interpretação, que na discursividade analisada sobre a relação entre Dilma e corrupção no governo PT, há um discurso no qual Dilma está contra a corrupção e do lado dos brasileiros, sendo estes também tomados como o lugar do não corrupto.

A edição 2261, da revista *Veja*, publicada em 21 de março de 2012, veiculou uma matéria que tem como título a formulação “**Faxina no congresso**” e tem, como subtítulo, a formulação “**Dilma Rousseff isola parlamentares aliados do PMDB e do PR que impuseram ao governo sua primeira derrota política e que ameaçam se rebelar por cargos e verbas**”. Esta matéria trata da situação do Governo Dilma após a saída de alguns ministros

do congresso por envolvimento em escândalos de corrupção. Sendo estes ministros ligados aos partidos governistas, como PT, PMDB e PR, isso gerou insatisfação por parte de alguns partidos da chamada base aliada, mas não chegou a gerar uma crise no governo. Segundo a reportagem, esse acontecimento acabou sendo visto de uma forma positiva pelas diferentes camadas da população e também não impediu comparações com o governo anterior. No jogo desses acontecimentos, verificamos como se dá o funcionamento discursivo em torno da relação entre a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula a partir das análises feitas no excerto (28), retirado da reportagem de *Veja*, acima citada:

- (28) No primeiro ano de mandato, a presidente Dilma Rousseff demitiu seis ministros acusados de corrupção, tráfico de influência e desvio de dinheiro público. A decisão atingiu auxiliares herdados da gestão Lula e contrariou os principais partidos governistas, como o PT, PMDB e PR, mas não resultou em crise política. Pelo contrário, a presidente angariou dividendos com a faxina ética que foi forçada a realizar na Esplanada. Com as mudanças, marcou uma diferença fundamental em relação ao antecessor, que passava a mão na cabeça de correligionários e aliados pilhados em irregularidades (*Veja*: ed. 2261, 21/03/12, p. 60).

A materialidade apresentada no excerto (28) traz, inicialmente, uma discursivização de que Dilma demitiu ministros acusados de corrupção, tráfico de influência e desvio de dinheiro e isto a colocou em conflito com aliados dos partidos governistas e também em conflito com o ex-presidente Lula, na medida em que a maior parte dos ministros “demitidos” fazia parte da chamada base aliada e havia entrado no ministério a pedido do ex-presidente e, de certo modo, era também herança do Governo Lula. O efeito-sentido produzido nessa materialidade é o de que Dilma não só não compactua com corruptos, sejam eles aliados ou não, como também combate a corrupção. Além disto, verificamos novamente o funcionamento no qual os corruptos envolvidos em escândalos no Governo Dilma estão diretamente ligados ao Governo Lula, e isto inclui partidos que formam a chamada base aliada. Esse funcionamento faz reafirmar o conflito, no qual, de um lado está Dilma Rousseff e, do outro lado, está o PT e parte dos partidos que compõem a base aliada do governo.

Aliado a esse efeito possível, tomamos o caso específico presente na formulação/reformulação “A decisão [de Dilma] [...] não resultou em crise política”. Verificamos que o termo “decisão” traz uma repetição nesse enunciado e reafirma o sentido de que Dilma agiu conforme sua vontade, sem ser pressionada por um outro. Entretanto, a novidade desse acontecimento aparece na reatualização da expressão “foi forçada a realizar”, que designa o mesmo acontecimento, mas funciona a partir de um outro sentido. Nesse caso,

marca uma posição na qual foi “obrigada” a tirar os ministros do governo para evitar maiores escândalos. Temos, assim, um confronto discursivo sobre a denominação desse acontecimento.

O enunciado também aponta que, por outro lado, a atitude de “demitir ministros” não gerou uma crise política, mas, pelo contrário, fez aumentar a popularidade da presidente no governo. No entrecruzamento de sentidos que encontramos nessas formulações, podemos dizer que os motivos de não ocorrer uma crise podem passar pelo sentido de que Dilma usou de sua palavra de ordem para banir corruptos em seu governo, ou, podem passar pelo sentido de que Dilma se viu “obrigada” a tomar certa atitude como uma estratégia política. Entretanto, em meio a esses sentidos diversos, prevalece o efeito de que Dilma ocupa um lugar diferente do lugar da corrupção.

Em relação à expressão “Com as mudanças, marcou uma diferença fundamental em relação ao antecessor, que passava a mão na cabeça de correligionários e aliados pilhados em irregularidades” podemos identificar dois lugares discursivos distintos e que opõem o sujeito político Dilma e o sujeito político Lula. Essa oposição é marcada no modo como se deu a relação de cada um desses sujeitos políticos com a corrupção em seus respectivos governos. No efeito-sentido possível que encontramos nesse enunciado, Dilma “faxina” políticos corruptos de seu governo, enquanto Lula, nos anos de seu governo, protegeu os seus “correligionários” envolvidos em irregularidades.

Ainda em relação a esta última formulação, salientamos que, no que foi analisado na discursividade de *Veja*, no capítulo 2, podemos verificar que, no jogo formado pela equivocidade dos enunciados, a relação de proximidade existente entre o sujeito político Dilma e o sujeito político Lula, que encontramos em um primeiro momento, passou a funcionar paralelamente, em um outro momento, com uma relação de sutil afastamento – muitas vezes até funcionando discursivamente apenas este afastamento – e, na discursividade sobre este momento do Governo Dilma, faz funcionar uma relação na qual estes dois sujeitos políticos passam a ocupar lugares discursivos distintos dentro de uma estrutura discursiva.

A matéria intitulada “**Lula, o sabonete**”, publicada na edição 2321 de 15/05/13 da revista *Veja*, aborda o que ela chama de os “artifícios” utilizados pelo ex-presidente Lula para reconquistar o prestígio do seu partido, o PT, tendo em vistas as eleições presidenciais de 2014. O texto apresenta o subtítulo “**O ex-presidente agora critica o PT “eleitoreiro” e diz que o mensalão foi um “tropeço”. Não, ele não mudou. Está fazendo o que sempre faz: limpando a própria biografia e a do partido a custa dos outros**”. Ao final do texto central da matéria, é apresentado um quadro contendo um pequeno texto sob o título “**Lula, Dilma, o PT e os ladrões**”, do qual destacamos os seguintes excertos:

- (29) Lula, Dilma, o PT e os ladrões. (*Veja*: ed. 2321, 15/05/13, p. 57).
- (30) [...] A ladroagem é associada a Lula. Dilma ainda consegue se manter blindada da pecha negativa. Isso ajudaria a explicar os recordes da popularidade da presidente e o fato, nunca experimentado pelo antecessor, de ela ser bem-aceita por setores da elite tão atacados pelo PT. (*Veja*: ed. 2321, 15/05/13, p. 57).

Podemos verificar, na materialidade discursiva do excerto (29), uma separação marcada linguisticamente entre os sujeitos políticos Lula e Dilma, o Partido dos Trabalhadores e os denominados “ladrões”. Entretanto, apesar de estarem dispostos separadamente, como que pertencendo a lugares diferentes, por estarem agrupados em um mesmo enunciado, no caso, o título da reportagem, tendo por ligação a conjunção “e”, identificamos que todos fazem parte de um mesmo conjunto, ou seja, que há uma ligação estabelecida entre esses termos. Assim, temos, inicialmente, o funcionamento de um efeito no qual há uma ligação direta entre o PT – incluindo Dilma e Lula – e “ladrões”.

Porém, na materialidade discursiva do excerto (30), extraída do corpo da mesma reportagem, a relação que apontamos no parágrafo anterior, em que há uma ligação entre estes termos, é discursivizada de um modo diferente, na medida em que explicita quais as relações dos termos PT, Lula, Dilma e Ladrões. O “ladrão” ou a “ladroagem” é associada diretamente ao nome Lula. Por outro lado, verificamos que Dilma é isenta de pertencer ao grupo dos chamados “ladrões”. Isto se deve por ela “ainda” estar associada a uma relação de confronto com corruptos, tendo por isto a aceitação de uma camada da população, aqui apresentada como “elite”, e que historicamente faz oposição ao PT. Assim, Dilma é discursivizada como “blindada” à relação de corrupção no governo PT.

A partir destes dois últimos excertos, podemos identificar, no entrecruzamento dos enunciados, um discurso (re)atualizado de que o sujeito político Dilma ocupa um lugar distinto do lugar da corrupção no governo PT. Podemos identificar, ainda, que, na discursividade de *Veja*, o sujeito político Dilma, estando em relação de conflito, em uma posição distinta da que ocupa a corrupção no governo PT, conseqüentemente, também ocupa uma posição de conflito em relação ao lugar ocupado pelo sujeito político Lula, na medida em que, por sua vez, discursivamente não há mais distinção entre Lula e corrupção no governo PT.

3.3 Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi descrever e interpretar, na perspectiva da Análise de Discurso francesa (AD), enunciados linguísticos que materializam a relação entre a presidente Dilma Rousseff e a corrupção atribuída ao PT durante o Governo Dilma, tendo em vista o modo como esses enunciados foram discursivizados na revista *Veja*.

Os resultados das análises apontaram que, nos efeitos-sentidos produzidos por estes enunciados, há um lugar discursivo no qual a presidente Dilma não compactua com a corrupção em seu governo e, por isto, está em uma posição de conflito com aliados políticos ligados ao ex-presidente Lula e com o próprio Lula. Identificamos ainda que casos de corrupção descobertos durante o Governo Dilma são atribuídos à chamada “herança de Lula” ou estão relacionados diretamente ao Governo Lula. No jogo discursivo que se estabelece entre o sujeito político Dilma e o sujeito político Lula, identificamos que, nos discursos sobre corrupção, Dilma aparece em um lugar discursivo distinto do lugar discursivo em que Lula aparece, e que Lula e o PT são marcados discursivamente como um mesmo lugar, que muitas vezes também funciona como o lugar da corrupção.

Verificamos ainda que, na discursividade de *Veja*, esta se vê do mesmo “lado” que Dilma, tanto no que diz respeito à relação Dilma-radicais do PT, quanto à relação Dilma-corrupção no PT, buscando reafirmar o lugar de que *Veja* está com Dilma por esta ser honesta e não ser radical.

Neste sentido, podemos dizer que os efeitos-sentidos encontrados nestes enunciados linguísticos participam de um entrecruzamento de discursos, no sentido postulado por Pêcheux (1983a), que podem ser retomados, modificados e atualizados, formando assim uma memória discursiva em torno da relação estabelecida entre a presidente Dilma e o PT, que, tomado nesse momento, está em uma mesma posição discursiva com Lula.

4 CONCLUSÕES

Consideramos, no início deste trabalho, que a *mídia* passou a representar um lugar de grande destaque na fabricação do espetacular na sociedade contemporânea e, conseqüentemente, na fabricação e veiculação de espetáculos políticos. Além disso, consideramos ainda que determinados posicionamentos políticos dos partidos políticos não podem ser definidos como delimitações “precisas” ou “estáveis” antes de serem submetidos à análise da opacidade dos acontecimentos, materializados na linguagem, nas práticas etc. e cuja materialidade discursiva posta em circulação-confronto faz funcionar efeitos-sentido diversos.

A necessidade de verificar na *mídia* a discursivização da espetacularização das relações políticas e de escândalos de corrupção nos levou a discutir o modo como foi discursivizado no periódico *Veja* a relação discursiva entre o sujeito político Dilma Rousseff e o sujeito político Lula; assim como a relação discursiva entre o sujeito político Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores, a partir de temas que envolvem radicalismo no PT e corrupção ligada ao Governo PT. Ou, dito de outra maneira, como é constituída a imagem de Dilma Rousseff, enquanto sujeito político, em sua relação com o Partido dos Trabalhadores e em sua relação com o ex-presidente Lula na discursividade em torno de temas tais como “radicais” do PT e corrupção no Governo PT.

A fim de seguirmos uma metodologia para essa pesquisa e responder à questão proposta, mobilizamos alguns postulados e conceitos operacionais da AD francesa, considerando, como fio condutor, a questão teórica “do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável e formulações irremediavelmente equívocas”, defendida por Pêcheux (1983a, p. 28). Assim, buscamos interpretar a materialidade discursiva a partir da opacidade de sua linguagem verbal e/ou não verbal na discursividade veiculada na revista *Veja*, por meio de recortes que reunimos em excertos e redistribuímos, conforme sua discursividade, ao longo dos dois capítulos nos quais estão presentes as análises.

No percurso que traçamos, desenvolvemos as análises organizando-as conforme a ordem em que foram veiculadas as edições da revista, levando em consideração a discursivização de Dilma enquanto pré-candidata/candidata às eleições presidenciais de 2010 e enquanto presidente da República, no período até dezembro de 2013, e, separados em capítulos distintos, a discursivização da relação entre Dilma e os chamados “radicais” do PT e da relação entre Dilma e corrupção no Governo PT. Dessa forma, chegamos às seguintes conclusões:

No que é repetido e atualizado na discursividade de *Veja*, encontramos uma série de regularidades que indicam o funcionamento de uma relação de proximidade e de afastamento entre o sujeito político Dilma Rousseff e o sujeito político Lula. E esse funcionamento é determinado, por sua vez, a partir do jogo de seu entrecruzamento com outros dois funcionamentos: o da relação Dilma e “radicais” do PT, e o da relação Dilma e corrupção no Governo PT.

Considerando os efeitos-sentido que identificamos nas materialidades discursivas apresentadas no capítulo 2, o primeiro em que foram feitas as análises, verificamos que a relação entre o sujeito político Dilma Rousseff e os chamados “radicais” do PT é marcada, em um primeiro momento, pelo lugar social em que Dilma se encontra: a condição de pré-candidata/candidata à presidência da República.

Vimos que, nesse primeiro momento, é estabelecida uma discursividade acerca da relação de cumplicidade entre os sujeitos políticos Dilma e Lula. No jogo político estabelecido, esses dois sujeitos aparecem ocupando a posição do não radical, contrastando com a posição discursiva em que estão os “radicais” do PT. Porém, não há uma discursivização sobre uma relação de conflito aberto entre estes dois lugares de subjetivação.

Ainda na discursividade sobre Dilma enquanto pré-candidata/candidata à presidência, identificamos um segundo momento no qual Dilma e “radicais” do PT ocupam lugares discursivos distintos. Por outro lado, já se identifica o funcionamento de um princípio de separação entre os sujeitos políticos Dilma e Lula.

Nos efeitos-sentido encontrados na discursividade sobre Dilma Rousseff na condição social de presidente do Brasil, ainda no capítulo 2, identificamos novamente Dilma ocupando uma posição discursiva que marca oposição aos chamados “radicais do PT” ou às ideias tidas como radicais. Entretanto, a relação entre Dilma e Lula, agora é de desvencilhamento, considerando que Dilma busca diminuir a influência de Lula sobre seu governo. Na relação entre estes dois sujeitos políticos é reafirmada uma memória na qual Dilma tem uma “dívida eleitoral” com Lula e, além disso, verificamos que Dilma e Lula também ocupam posicionamentos discursivos distintos em relação ao modo de governar e em relação ao modo de lidar com o PT e com aliados do governo. Ainda no jogo discursivo, Dilma é discursivizada numa posição de conflito com o Partido dos Trabalhadores, ao passo que Lula quase que se confunde com o próprio partido.

Apresentamos, no terceiro capítulo, que constitui o segundo das análises, a discursividade de *Veja* em torno da relação entre a presidente Dilma Rousseff e a corrupção no

governo PT, tendo em vista também o entrecruzamento de sentidos com a relação discursiva entre os sujeitos políticos Dilma e Lula.

Na discursividade dos enunciados sobre a relação Dilma e corrupção no governo PT, podemos identificar o funcionamento discursivo no qual a presidente Dilma não compactua com a corrupção denunciada em seu governo. Vimos, também, que esse lugar de subjetivação no qual se encontra Dilma está em relação de conflito com aliados políticos ligados à Lula e, em alguns pontos, em relação de conflito também com Lula. Observamos, ainda nesse jogo de conflito, que casos de corrupção descobertos durante o Governo Dilma são atribuídos à chamada “herança de Lula” ou estão relacionados ao Governo Lula de uma forma direta.

Na discursivização da relação que se estabelece entre o sujeito político Dilma e o sujeito político Lula, nos discursos sobre corrupção, Dilma aparece em um lugar discursivo distinto do lugar discursivo em que Lula aparece, sendo este ainda marcado discursivamente no mesmo lugar do PT, diferentemente do que ocorre com Dilma.

Considerando o exposto, buscamos na pesquisa que originou este trabalho, a partir de um gesto de leitura fundado na AD – sem deixar de levar em consideração que todo gesto de leitura/interpretação está sujeito à equivocidade da língua –, mostrar que o discurso sobre Dilma Rousseff, enquanto sujeito político, está sustentado por efeitos-sentidos que criam tensões entre Dilma e “radicais” do PT; entre Dilma e o PT; e entre Dilma e corrupção no governo PT. E que, atravessado a esse discurso, há um discurso sustentado por efeitos-sentido que fazem funcionar um jogo de proximidade e de distanciamento entre o sujeito político Dilma e o sujeito político Lula. Estes discursos são efeitos da relação entre memória e acontecimento (PÊCHEUX,1983a) que participa de um entrecruzamento de discursos que podem ser retomados, modificados e atualizados, formando assim uma memória discursiva em torno do sujeito político Dilma Rousseff.

REFERÊNCIAS

- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo** – Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Edição original: 1967.
- FONSECA-SILVA, M. C. Discursividade de gênero em Claudia: o mesmo e o outro no caso “uma ofensa a mulher”. In: _____. **Questões de linguagem: gramática, texto e discurso**. Vit. da Conquista: ed. UESB, 2001.
- FONSECA-SILVA, M. C. Materialidades Discursivas: A fronteira ausente (Matérialités Discursives: La frontiere absente). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 91-97, 2005. ISSN: 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v1i1.973>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/982>. Acesso em: 23 mai. 2013.
- FONSECA-SILVA, M. C. **Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vit. da Conquista: edições. UESB, 2007a.
- FONSECA-SILVA, M. da C. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: FONSECASILVA, M. da C.; POSSENTI, S. (Org.). **Mídia e redes memória**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007b. p. 11-37.
- FONSECA-SILVA, M. C. Humor e Práticas de Subjetivação em Maitena (Humour et Pratiques de Subjectivation chez Maitena). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 95-108, 2007c. ISSN 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v1i1.982>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1049>. Acesso em: 24 out. 2013.
- FONSECA-SILVA, M. C. Entre o verbal e o não verbal: memória e encenação discursiva da corrupção em *Veja*. In: **XXIII Encontro Nacional da ANPOLL**, 2008, Goiania. XXIII Encontro Nacional da ANPOLL - Grupo de trabalho em Análise do Discurso, 2008. p. 1-3. Disponível em: <https://d1m.fflch.usp.br/sites/d1m.fflch.usp.br/files/Maria%20Fonseca-Silva.pdf>. Acesso em: 9 set. 2013.
- FONSECA-SILVA, M. C. Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. **Estudos Linguísticos** (São Paulo), v. 38, p. 193-203, 2009. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_15.pdf. Acesso em: 8 set. 2013.
- FONSECA-SILVA, M. C. Memória, mulher e política: do governo das capitâneas à presidência da república, rompendo barreiras. In: **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. TASSO, Ismara; NAVARRO, Pedro (organizadores). Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hzj5q/pdf/tasso-9788576285830-09.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.
- FONSECA-SILVA, M. C. Língua, memória discursiva e efeitos de sentido. In: PETRI, V.; DIAS, C. **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 12ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005. Edição original: 1971.
- GADET, F E PÊCHEUX, M. **A língua inatingível** – O discurso na história da Linguística. Campinas. Pontes. 2004. Edição original: 1981.

GONÇALVES, L. C. A.; FONSECA-SILVA, M. C. Memória discursiva e a lei da “ficha limpa” no STF (Discursive memory and the Law of "Clean Sheet" in STF). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 87-107, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v10i1.1174>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1174>. Acesso em: 24 jul. 2013.

MACHADO, M. N. **Memória, relações de poder e corrupção política no Brasil: o escândalo do mensalão como acontecimento discursivo**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2013. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert-Marcelo-Nogueira-Machado.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2018.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução: Sírio Possenti. Curitiba, Criar Edições, 2005. Edição original: 1984.

MILNER, J. C. **O amor da língua**. Tradução de Cristina Jesuíno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. Edição original: 1978.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). **Estudos da Língua(gem)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 9-13, jun. 2005. ISSN 1982-0534. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 15 mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v1i1.973>.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (1969). In.: GADET, F.; HAK, T. (Org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethânia Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 59-158. Edição original: 1969.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 3ª edição, 2010. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. 6ª edição. Campinas: Pontes, 2012. Edição Original: 1983a.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. 3ª edição. Campinas: Pontes, 2010. p. 49-57. Edição original: 1983b.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas (1983). In.: GADET, F.; HAK, T. (Org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethânia Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 307-315. Edição original: 1983c.

PÊCHEUX, M. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. In: _____. **Análise de discurso**. Textos escolhidos por: Eni P. Orlandi. 3ª edição. Campinas: Pontes, 2012. p. 283-294. Edição Original: 1984.

POSSENTI, S. Uma leitura política. In: FONSECA-SILVA, M. da C. **Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vit. da Conquista: Edições Uesb, 2007.

POSSENTI, S. Slogan, polifonia, memória. In: FONSECASILVA, M. da C.; POSSENTI, S. (Org.). **Mídia e redes memória**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007. p. 147-160.

OLIVEIRA, J. C. M. M. **Memória, corrupção, espetacularização e efeitos de memória**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2013. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert-José-Carlos-Melo-Miranda-de-Oliveira.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

SECCO, L. **História do PT: 1978-2010**. 3ª edição. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2012.

SILVA, A.V. **O sentido da palavra poesia nas ciências da linguagem**. Tese de doutorado. Unicamp. Campinas, SP. 2012.

VIGGIATO, K. D. **Memória, corrupção e o acontecimento discursivo PC Farias espetacularizado na mídia**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2012. 82 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2012. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2021/04/Dissertação-de-Katharinne-Dantas-Viggiato.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2013.

Site

www.veja.abril.com.br